



# Anais da Assembléia

N. 119

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1985

ANC XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 199/85

Curitiba, 24 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508, de 13 de dezembro de 1973 e pelo Decreto n. 5.012, de 5 de fevereiro de 1974, que estivessem no exercício do Magistério em 15 de outubro de 1979, com mais de 2 (dois) anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, foi precedido de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e da Educação, e, se aprovado e transformado em lei, virá atender aspirações de numerosos professores que, pela situação funcional que detinham, não puderam ser amparados pela Lei n. 7.208, de 15 de outubro de 1979.

A Senhora Secretária de Estado da Educação em expediente versando sobre o assunto em questão assevera que

"Anexo ao presente, encaminho a Vossa Excelência minuta de "Anteprojeto de Lei" que dispõe sobre o enquadramento no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores "Suplementaristas" regidos pela Lei n. 6.508/73, que não foram beneficiados pela Lei n. 7.208/79 e 15/10/79.

Na forma ora proposta seriam reparadas algumas injustiças ocorridas anteriormente, quando da aplicação dos disposto na Lei n. 7.208/79, ou sejam

a) discriminação ao professor suplementarista que na época da Lei, detinha outro cargo público, mesmo de caráter técnico ou científico ou de magistério, legalmente acumuláveis com cargo de professor.

b) exigência de pedido de exoneração àqueles que na época da Lei detinham outro cargo público, e desejavam beneficiar-se do enquadramento previsto na Lei n. 7.208/79".

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os professores regidos pela Lei n. 6508, de 13 de dezembro de 1973, e pelo Decreto n. 5012, de 05 de fevereiro de 1974, não beneficiadas pela Lei n. 7208, de 15 de outubro de 1979, que estivessem no exercício em 15 de outubro de 1979, com pelo menos 2 (dois) anos na categoria de suplementarista, ministrando aulas, nos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, nos termos do § 2º, do art. 2º do Decreto n. 1495, de 16 de janeiro de 1976 e que, em 15 de outubro de 1979, fossem ocupantes de um cargo público acumulável na forma de legislação em vigor, passam a integrar o Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, desde que, na data desta Lei estejam ainda vinculados ao Magistério Oficial do Estado

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Sérgio Spada e Jorge Maia Filho.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad 'Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermap Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Marcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos e Wilson Fortes (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Belinati, Edgard Pimentel, Gilberto Carvalho, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Roberto Requião (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está em votação as atas que acabaram de serem lidas. - Aprovadas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

42 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

32 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Aprovadas as Atas.

§ 1.º — Caso o professor, para gozar do benefício do enquadramento previsto na Lei n. 7208, de 15 de outubro de 1979, tenha sido compelido a pedir exoneração do cargo efetivo que ocupava, fica-lhe facultado o direito de reaver, por readmissão, o cargo que detinha anteriormente ao enquadramento, na respectiva correspondência atual, verificadas preliminarmente as condições de acumulação legal e a existência de vaga.

§ 2.º — Para o cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, transformar as funções de professor de que trata este artigo, em igual número de vagas, ficando extintos quando vagarem os que pertencerem ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, observada a correspondência estabelecida na tabela de vencimentos anexa.

Art. 2.º — Os professores cuja situação funcional for alterada por esta Lei serão lotados preferencialmente nos estabelecimentos de ensino do mesmo município de exercício, respeitando-se os critérios de suprimentos de vagas físicas da SEED, enquadrando-se, nos limites de 10, 15 e 22 aulas semanais, conforme a sua carga horária em 16 de outubro de 1979, ou pela média aritmética da verificada nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data da Lei 7208/79, mediante opção a ser exercida dentro de 60 (sessenta) dias da vigência desta Lei.

§ 1.º — Efetuada a opção e constatada a inexistência de vaga, a SEED, baixará as instruções necessárias para o enquadramento do professor.

§ 2.º — Para fins de escolha de vaga, deverá o professor optar pela disciplina em que ministrou maior número de aulas nos 02 (dois) últimos anos anteriores à 16 de outubro de 1979, respeitada a sua habilitação.

§ 3.º — Caso a disciplina acima referida não conste do atual currículo escolar, o professor deverá optar por outra disciplina constante das atuais grades curriculares, para a qual seja devidamente habilitado.

§ 4.º — Para fins de enquadramento, considera-se carga horária de 10 (dez) aulas semanais para os professores que, na forma deste artigo, tenham asseguradas de 06 a 10 aulas semanais; de 15 (quinze) aulas semanais, aos que tenham asseguradas de 11 a 15 aulas; e de 22 (vinte e duas) aulas semanais, aos que tenham asseguradas mais de 15 aulas semanais.

Art. 3.º — Os professores de que trata o art. 1.º, registrados no Magistério da Educação e Cultura e portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação plena, terão enquadramento como Professor - Licenciatura Plena; os portadores de diploma de licenciatura ao nível de graduação com duração curta, terão enquadramento como Professor - Licenciatura Curta; e os não portadores de diploma de licenciatura em nível superior, mas portadores de registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, bem como os que não o possuírem, terão enquadramento como Professor - Não Licenciado, todos com os vencimentos fixados na tabela em vigor, segundo a respectiva carga horária.

Art. 4.º — Para os enquadramentos de que trata esta Lei, deverá o servidor preencher os requisitos do Artigo 22, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 5.º — O pessoal atingido pelas disposições desta Lei e que for enquadrado no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, será regido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado (Lei n. 6174/70).

Art. 6.º — O tempo de serviço prestado pelo regime da Lei n. 6508/73 será contado em dias de exercício, transformado em ano, mês e dias, e reconhecido para todos os efeitos legais, a partir da data do ato administrativo declaratório do direito.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa:

MENSAGEM N. 200/85

Curitiba, 25 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Arapoti, de terreno medindo 520 metros quadrados, e benfeitorias nele existentes, situado à Rua Moysés Lupion na sede da Municipalidade, parte de área maior, objeto da Transcrição n. 1308 do Livro 3—B do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

A doação de que trata o plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente os interesses da Administração e da comunidade a ser beneficiada, eis que, conforme informa o Senhor Prefeito de Arapoti, em expediente que me foi encaminhado, o imóvel será destinado às instalações do Departamento de Ensino, da Biblioteca e de outros setores do Serviço Público Municipal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Arapoti terreno medindo 520 (quinhentos e vinte) metros quadrados, e benfeitorias nele existentes, situado à Rua Moysés Lupion na sede da Municipalidade, parte de área maior, objeto da Transcrição n. 1308 do Livro 3—B do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o art. 1.º destina-se às instalações do Departamento de Ensino, da Biblioteca e de outros setores do Serviço Público Municipal.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 201/85

Curitiba, 29 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio SAREM/N. 062/85, celebrado em 1.º de outubro de 1985 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a União, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a integração dos Sistemas de Planejamento Federal e Estadual e o fortalecimento das Administrações Municipais, em continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira a Estados e Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 202/85

Curitiba, 29 de outubro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná e o

Município de Nova América da Colina, objetivando a aplicação de recursos financeiros relacionados como PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL – PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais do referido Programa:

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Of. n. DTL/99/85.

Curitiba, 05 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Para os devidos fins comunico a Vossa Excelência que, a partir do dia 5 até o dia 18 do corrente mês, me afastarei das funções de Governador do Estado, em cujo período tais funções serão exercidas pelo Senhor Vice-Governador.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Of. n. 1627/85 - GS/SEIC.

Curitiba, em 05 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Ratificando entendimentos que pessoalmente mantive com Vossa Excelência, venho reiterar minha disposição de espontaneidade a essa Augusta Casa de Leis, com a finalidade de rebater as calúnias e injúrias feitas à minha pessoa pelo candidato do PDS à Prefeitura de Curitiba. Para tanto, peço a Vossa Excelência que marque uma data que for mais conveniente aos Senhores Deputados.

Nessa oportunidade, estarei também ao inteiro dispor dos Senhores Deputados, para prestar quaisquer outros esclarecimentos relacionados com as acusações que contra mim vêm sendo lançadas pelo candidato em apreço.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência, as expressões da minha elevada consideração.

Atenciosamente,

(a) FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO

Secretário de Estado da Indústria e do Comércio

Emendas:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL,  
COM ACRÉSCIMO AO ART. 85, DE N. 165/85.

Art. 85 – ...

Art. Único – O Art. 85 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

Parágrafo Único – A isenção de que trata este Artigo se estenderá ao Servidor Celetista da Administração Direta ou Indireta, estadual ou municipal, desde que, comprovadamente, venha prestando serviços por mais de dois (02) anos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

Apoio: Nestor Baptista, Péricles Pacheco, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Jorge Maia Filho, Eduardo Baggio, Airton Cordeiro, Nelson Buffara, Rubens Bueno, José Antônio Fonseca, Acir Mezzadri,

Djalma de Almeida César, Luiz Alberto Oliveira, Leônidas Chaves, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão e Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos a emenda aditiva ao Art. 85 da Constituição Estadual tivemos em mente, que os servidores celetistas, são em número bem avantajado e de igual modo e por igual sacrifício, ajudam a administração estadual ou municipal.

Ora, os servidores celetistas, formam de um modo geral a categoria funcional que menos percebem dos cofres públicos.

E, por esta razão são os mais sacrificados. Ao adquirirem um imóvel, o fazem, realmente para sua moradia, normalmente imóvel da periferia e consequentemente de baixo valor venal.

Sobre os quais incide impostos também baixos, não representando prejuízos significativos para os cofres públicos.

Pelo exposto e por considerarmos de grande importância social tal emenda é que apresentamos para apreciação desta Casa.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 383/84.

O art. 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º – Fica criado no Município de Marilândia do Sul, o Distrito Administrativo de Mauá da Serra, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“Começa no cruzamento da Estrada Maua no Rio Apucarantina, subindo por este até a foz do rio Valência, pelo qual sobe até a sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado, e por este abaixo, até a sua foz no rio de Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto, daí sobe por este até sua cabeceira mais alta (próximo do Morro do Mulato), daí até a cumiada da Serra Jo Cadeado, seguindo pela cumiada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a Estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida Estrada no sentido nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panonia, segue por esta até a Estrada Engenho Velho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de Partida.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

Apoio: Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Aníbal Khury, Antônio Annibelli e Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente emenda estamos propondo a mudança do nome do Distrito que se pretende criar em Marilândia do Sul para Mauá da Serra, a fim de evitar a coincidência com o Distrito de Mauá, já existente em outro Município vizinho Estado de São Paulo, bem como, estabelecendo novas divisas apresentadas pela Assessoria do Planejamento daquela Municipalidade.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER REGIME DE URGÊNCIA PARA OS PROJETOS DE LEI Ns. 257/85 (Mensagem n. 190/85); 275/85 (Mensagem n. 195/85); 276/85 (Mensagem n. 196/85); 277/85 (Mensagem n. 197/85); 278/85 (Mensagem n. 198/85).

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei n. 283/85, que estabelece novos critérios às contribuições dos servidores inativos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei ns. 211/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de Cr\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do IPE; e 212/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o limite de Cr\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros) ao orçamento vigente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, ambos em Regime de Urgência, na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB e Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n. 117/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao sacerdote franciscano Leonardo Boff.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que o Expediente da Sessão Ordinária da próxima quinta-feira, dia 14 de novembro do corrente ano, seja em homenagem póstuma ao ex-Deputado FRANCISCO SADY DE BRITO, falecido nesta Capital em data de hoje.

Solicito ainda, que da decisão do Plenário dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA, DJALMA DE ALMEIDA  
CÉSAR, ODENI MONGRUEL e ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER a transformação do Projeto de Lei n. 179/85, de sua autoria, em sugestão a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que, na forma prevista pelo Art. 25, § 1º, alínea C, da Constituição do Estado do Paraná, por se tratar de regime jurídico de servidor público, tome a iniciativa que lhe compete, visando corrigir as distorções dos Art. 216 e 217, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, como ora vai justificado na minuta da proposição sugerida.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O parágrafo 1º do art. 216 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, alterado pela Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"art. 216 - . . . . .

§ 1º - O Conselho da Polícia Civil poderá, por 2/3 (dois terços) de seus membros, decidir sobre o afastamento temporário de servidor policial civil do exercício de seu cargo ou função, e, por maioria simples, sobre sua progressão funcional, em virtude de processo criminal, disciplinar, ou sindicância contra ele instaurados."

Art. 2º - Ficam revogados os atuais parágrafos do art. 217 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, sendo acrescido ao referido artigo parágrafo único com a seguinte redação:

"art. 217 - . . . . .

parágrafo único - A instauração de procedimento administrativo contra o servidor policial civil deve ser imediatamente comunicada ao Conselho da Polícia Civil, para que esta sobre ela se pronuncie, na forma prevista no § 1º do artigo anterior."

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como finalidade corrigir distorções de interpretação no Estatuto da Polícia Civil, muito especialmente o que respeita ao disposto no § 1º do Art. 217, onde o servidor, pela simples iniciação em processo disciplinar, mesmo que este seja de pequena gravidade, estaria automaticamente penalizado com a perda de 50% (cinquenta por cento) de seu vencimento ou remuneração, perda esta, que, mesmo temporária, se constitui, no momento, num pesado ônus familiar.

Tal situação, em condições de exercício profissional, onde as circunstâncias possam levar o servidor aos limites do permissível, poderia, muitas vezes, acarretar constrangimento na tomada de decisões, pelo temor da quebra dos regulamentos, e conseqüente restrição salarial, enquanto não fosse o assunto devidamente esclarecido e julgado.

A supressão de vantagem do servidor, antes de seu julgamento, caracteriza pena pecuniária antecipada, em evidente violação da norma constitucional que assegura aos acusados amplitude de defesa (art. 153, § 15, da Constituição da República), tendo como corolário o amplo conhecimento de acusação e das provas seguido de sua apreciação crítica (valoração probatória).

A revogação pura e simples da possibilidade de aplicação de pena extemporânea vem ao encontro do princípio democrático da presunção de inocência do ser humano, passível de ceder tão somente perante a prova cabal de sua culpa, no foro próprio e assegurada a garantia constitucional antes mencionada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado abaixo assinado REQUER que, após ouvido o Plenário, seja designado o dia 2 de dezembro de 1985, às 17 horas, para realização da Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao doutor LUIZ GONZADA PINTO, conforme o disposto na Lei n. 8102 de 25 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja submetido à apreciação desta Assembléia o comunicado de afastamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a criação de uma Comissão Especial composta de 05 (cinco) deputados desta Assembléia Legislativa, sendo um de cada Partido, objetivando verificação completa da situação, localização, documentação das terras e respectivas benfeitorias cedidas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná, doutor FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO, para desapropriação e Reforma Agrária, conforme telex incluso, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Reforma Agrária, doutor NELSON RIBEIRO. Requer também seja enviado expediente ao Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, para que o mesmo indique a localização específica dos imóveis cedidos e o nome das pessoas a serem procuradas no Estado onde se localizam as terras, bem como remeta à Comissão os documentos que legitimam sua propriedade.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Nova República, entre outras, tem como meta social promover a Reforma Agrária no País para minimizar injustiças e direcionar a terra em benefício dos mais humildes e dos menos favorecidos pela sorte.

Desnecessário seria enaltecer a importância do gesto praticado pelo ilustre Secretário de Indústria e Comércio do Paraná, gesto esse que se reveste do mais amplo alcance econômico e social, contribuindo de maneira decisiva para proporcionar considerável melhoria de vida à gente humilde do Estado onde se localizam as terras cedidas.

Assim é, que a Comissão a ser criada irá colaborar com o ilustre Secretário de Estado pela dedicação e altruísmo que o seu gesto representa, especialmente pela caracterização de uma sociedade justa e igualitária que tanto se almeja, contribuindo para a sua consumação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do senhor Francisco Sady de Brito, casado com a senhora Noêmia de Brito, ocorrido em data de 05 de novembro em curso, deixando os seguintes filhos: Antônio, Antonieta, Ione, Ivone, Moacir, Rute e Sebastião.

Pertencente a tradicional família pontagrossense, o extinto era agropecuarista e ex-Deputado Estadual, em cuja militância sempre soube honrar e engrandecer o nome deste Legislativo, merecendo a admiração e o respeito do povo que representava, a par de relevantes serviços prestados à causa pública e do desenvolvimento de nosso Estado.

Desta Decisão, requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Amazonas, 544 - Vila Estrela - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Sady de Brito, ocorrido nesta data, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto deixa viúva a senhora Noêmia de Brito, com quem tinha 7 (sete) filhos: Antônio Eduardo, Moacir, Sebastião, Ruth, Antonieta, Ione e Ivone. Deixa ainda 15 netos e 14 bisnetos.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Abrão Jorge Ajuz, ocorrido nesta data, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto tinha 73 anos e deixa viúva a senhora Salma Ajuz, com quem tinha três filhos: Luiz Antônio Ajuz, casado com a senhora Margareth, Jorge Abrão Ajuz, casado com a senhora Irene e, Ruth Ajuz.

Deixa ainda 7 (sete) netos.

Pessoa de relevante bondade e elevados predicados morais, o falecido deixa uma grande lacuna entre seus familiares e amigos.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se registre nos Anais desta Assembléia, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Jacob Klabin Lafer, ocorrido no dia 30 de outubro último, na cidade de São Paulo - SP.

O extinto foi um dos pioneiros das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A, pessoa da mais alta respeitabilidade e membro de tradicional e conceituada família.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, para o seguinte endereço: Rua Espanha, 90 - Jardim Europa 01446 - São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Santo Zanin, ocorrido na municipalidade de Sertãoópolis.

Cumpr-me comunicar a esta Casa de Leis o falecimento, ocorrido recentemente, do Ilustríssimo Senhor Santo Zanin. Deste modo, associo-me ao conjunto do laborioso povo sertãoopolense, na dor e na tristeza nesta perda que, sem qualquer dúvida, abre uma lacuna impreenchível no seio daquela coletividade.

Em São Simão, município do Estado de São Paulo, nascia Santo Zanin. Era dia 11 de dezembro de 1900. Seus pais eram italianos, que, ao chegarem ao Brasil, enfrentaram por muito tempo uma série de adversidades, fruto do próprio processo imigratório que os conduziram a este País. Iais dificuldades foram em muitas sentidas por Santo Zanin. Juntos, entretanto, a família toda, com o trabalho incansável, rompia todas as barreiras.

Naquela mesma cidade, Santo Zanin, desde jovem já demonstrava sua vocação para o cultivo agrícola, assim como na criação de animais de corte e de leite. Durante muitos anos foi, então, latorador.

No período de 1948 mudou-se para o município paulista de Viradouro. Lá foi, por pouco tempo, carroceiro.

No ano seguinte, 1949, atraído pelo alto vigor vegetativo do solo existente na região de Sertanópolis, Santo Zanin chegou ao Paraná. Chegou numa época em que se vivia o desbravamento incessante, bem como o surgimento dos primeiros núcleos residenciais, aliando-se a isto a presença de diversas serrarias e áreas de cultivo agrícola.

Ao contrário das ocasiões anteriores, não estava apenas e tão somente de passagem. Resolvera, face ao carinho e à confiança que depositou deste o início em Sertanópolis, se instalar definitivamente na região. Como exemplo, dentre muitos que bem ilustram a credibilidade, foi quando trouxe a primeira máquina debulhadeira de milho (marca Penha) para somar-se a outros equipamentos que dispunha como comerciante.

A história dos primeiros povoados, que mais tarde deram origem à criação do município de Sertanópolis, que possui atualmente 51 anos, confunde-se com a existência da família Zanin, cuja feliz união entre Santo Zanin e Maria Elvira Biazzi, nasceram 7 filhos: Benedito, Luíza, Maria, Antônio, Luiz, José e Fiorindo. Dentre estes, serve como destaque Benedito Biasi Zanin, integrante do Poder Legislativo local, que, aliás, já presidiu por três vezes e hoje Vereador pela 5.<sup>a</sup> legislatura, cuja atuação, tanto no parlamento como na comunidade como cidadão, tem demonstrado que realmente herdou de seu pai a coragem, o senso de justiça e o amor à terra de Sertanópolis.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, através do presente requerimento, deixar de apresentar o pesar pela perda deste valoroso Santo Zanin, cujo pioneirismo e coragem contribuiu decisivamente para o progresso hoje alcançado em Sertanópolis, graças também à sua postura honesta como comerciante, dedicado ao trabalho; seu espírito-empresendedor e sua capacidade de realização, por certo não serão esquecidos, pois ficarão na memória daqueles que puderam ter o privilégio de desfrutar da amizade fraternal que o caracterizava, principalmente manifestado no convívio familiar.

Deixa esposa, filhos, trinta netos e vinte e sete bisnetos, duas noras e cinco genros.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro Acadêmico Samuel Pessoa, do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina, pela publicação do seu jornal "Mural".

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A publicação do jornal "Mural", pelo Centro Acadêmico Samuel Pessoa, demonstra a mobilização dos alunos do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina, que vem promovendo uma série de atividades, quais sejam: participando da campanha "Diretas para Reitor", Curso de Antibióticos, Ampliação da Biblioteca do Hospital Universitário e Internato Gratuito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Célio W. Boneti, Diretor do Departamento de Ação Social da Prefeitura

Municipal de Francisco Beltrão, pela realização do Boletim Informativo n. 1.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Este boletim é um valioso instrumento de luta, de organização, de orientação, de esclarecimento, enfim, de apoio a todos os que, de uma forma ou de outra, tenham alguma atividade junto às comunidades.

Os temas abordados vêm direto ao encontro dos interesses das comunidades como experiências que estão acontecendo, temas ligados à área de saúde, atualidades, notícias, movimentos sociais, meio ambiente, promoção social, entre outros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos Economistas do Paraná, pelas justas reivindicações da categoria.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Pela coragem e competência na realização das 24 horas de paralisação do trabalho no último dia 30 de outubro.

A conquista das justas reivindicações dos bancários da Caixa Econômica Federal é uma questão política e no terreno político será vitoriosa. Os economistas do Paraná demonstraram plenas condições políticas — unidade, garra, firmeza — para levar adiante sua luta. Merecem nosso apoio e solidariedade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado um VOTO DE CONGRATULAÇÕES, à organização "Hermes Macedo S/A", pela passagem de seu 53.<sup>o</sup> aniversário, dando-se ciência da decisão do Plenário ao seu Presidente doutor Hermes Macedo, à Rua João Negrão, 595, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Organização "Hermes Macedo S/A", sediada nesta Capital, comemorou, em data de ontem seu 53.<sup>o</sup> aniversário.

Esse tradicional conglomerado de lojas de departamento e outras atividades muito tem contribuído para o desenvolvimento do comércio em nosso Estado.

Suas atividades ultrapassaram as nossas fronteiras e a organização já se tornou um ponto de referência nas diversas localidades em que se instalou.

Esses fatos tornam digno de registro a passagem do seu 53.<sup>o</sup> aniversário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o soberano Plenário REQUER envio de votos de congratulações pela Ordenação a Padre ao Sr. João de Paula Sêga, ocorrido no dia 27 de outubro de 1985, na cidade de Faxinal - Pr.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, no mundo é a terceira e no Brasil a primeira pessoa a ser ordenada a Padre, depois de ser casado, pai de família e agora sendo viúvo, pedimos a Deus que o ilumine e o proteja em sua peregrinação religiosa.



## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao senhor Anibal Leandro, portuário padrão de 1985.

Outrossim, REQUER que da decisão da Mesa seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de congratulações pela passagem dos cem anos da fundação das Indústrias Todeschini S/A., e que seja enviado expediente a toda sua diretoria, no seguinte endereço: BR 116 n. 18299, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

## JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento se faz, porque as Indústrias Todeschini S/A., foi uma das primeiras do Paraná, sendo, portanto, pioneira na industrialização de nosso Estado, e contribuindo para seu progresso durante todo este tempo, de modo ímpar.

As Indústrias Todeschini S/A. iniciaram suas atividades há cem anos atrás, como uma pequena fábrica e hoje temos um gigante do ramo alimentício que vem, cada vez mais, crescendo e gerando mais e mais empregos diretos e indiretos, o que vem a engrandecer o Paraná, pois não é sem razão que o lema desta empresa é "O Paraná alimentando o Brasil".

Assim, o Paraná também se junta, em regozijo, às comemorações pelo transcurso do centenário das Indústrias Todeschini S/A.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, votos de congratulações à Campina da Lagoa, pela passagem, ocorrida no dia de hoje, de seus 24 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Valim, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos existentes naquela cidade.

No final da década de 40 e no início dos anos 50 já era muito visível as primeiras conseqüências face à presença dos pioneiros, que, com a coragem e a força voltada para o trabalho, desmataram parte das matas verdejantes e em seu lugar, após o beneficiamento da madeira, revolveram a terra, cujo excelente teor fértil do solo permitiu o plantio de diversos cultivares, onde o seu vigor vegetativo era algo extraordinário.

O processo de crescimento, também em função das privilegiadas características e localização geográficas, tornava-se cada vez mais intenso. Tanto assim que, exatamente no ano de 1960, graças ao empenho de toda a sua comunidade, a localidade de Campina da Lagoa tornara-se emancipada, política e administrativamente, conforme a Lei 4.245, ocorrendo a criação em 25 de julho daquele ano, sendo que no ano de 1961, no dia 4 de novembro, era então finalmente instalado o seu móvel municipal, oportunidade em que tomou posse, como primeiro Prefeito nomeado, o Excelentíssimo Senhor João Fermianos.

Nos dias de hoje, Campina da Lagoa possui uma população de pouco mais de 23 mil habitantes, que vivem numa área

de 799 Km<sup>2</sup>, sendo que 13 mil vivem no perímetro urbano e o restante, 10 mil, concentram-se na zona rural do município.

A base da economia de Campina da Lagoa está fundamentalmente concentrada às atividades agrícolas e pastoris, além do comércio diversificado. Tais aspectos têm levado a cada dia que passa, o município a atingir posições no cenário regional e estadual de grandes destaques, fruto, sem dúvida alguma, do trabalho incansável e competente de sua população, herdando a mesma energia, a coragem e o espírito empreendedor dos seus fundadores, que aliás, sequer, talvez, pudessem imaginar que, efetivamente, Campina da Lagoa pudesse atingir, num tempo relativamente curto, o grau de progresso alcançado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na ata da presente sessão, de votos de congratulações à Associação dos Pecuaristas de Campina da Lagoa, entidade fundada recentemente, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente Paulo de Lima.

As transformações que tanto o nosso País carece estão a depender fundamentalmente da organização efetiva e verdadeiramente da sociedade, através dos segmentos existentes, a fim de que neste processo os brasileiros possam ter a capacidade de intervir em todos os momentos da vida nacional.

Um dos setores que, fora de qualquer dúvida mais sofreu com a política dos governos autoritários sustentado e exercido pelos militares, foi a agropecuária. Nela, num País cuja maioria de suas riquezas se extrai das terras, a Nação se ressentiu de uma política de produção e comercialização realmente voltada para os interesses nacionais.

Por isto, a classe ruralista tem que estar também organizada. Só com tal condição permitirá fazer com que as tão almejadas transformações tornem-se fatos concretos.

O município de Campina da Lagoa, no que tange as cidades do interior, dá o exemplo. Com maturidade e determinação, os pecuaristas daquela região, após sucessivas reuniões, fundaram sua entidade de representação, a Associação dos Pecuaristas de Campina da Lagoa, que surge exatamente no bojo das preocupações reinantes com relação a uma nova mentalidade a ser implantada para o setor.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de saudar, neste momento, ao mesmo tempo desejar que os objetivos propostos no sentido de unificar e organizar os pecuaristas da região seja uma realidade, atribuição principal de sua Diretoria eleita, abaixo relacionada.

Presidente: Paulo de Lima;

Vice-Presidente: José Maria Cordeiro;

1.º Tesoureiro: Paulo de Tarso Lemos;

2.º Tesoureiro: Herbert Iversen;

1.º Secretário: Paulo Roberto Pereira;

2.º Secretário: Agenor Garbujá;

Diretores: Hitler Pianaro e João Evangelista.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidas à jovem Marilze de Paula, de Campo Mourão, por ter conquistado o primeiro lugar no Concurso Estadual de Frases alusivas aos 40 anos da ONU, com conseqüente encaminhamento à estudante vencedora.

A Comissão Estadual do Movimento Brasileiro de Alfabetização, com a finalidade de divulgar o aniversário de 40 anos da ONU — Organização das Nações Unidas, fez realizar em cada Estado um concurso para posteriormente selecionar os melhores trabalhos para novo concurso, a nível nacional.

Estudante da Escola Estadual Paulo VI, no Jardim Lar-Paraná, a jovem Marilze de Paula, com determinação e capacidade, vence o referido concurso com galhardia, constituindo-se em grande exemplo para sua Escola e para os demais estudantes moraõenses.

Neste sentido, não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de apresentar este requerimento, a fim de cumprimentar Marilze de Paula, desejando que novas, tanto importantes como esta, conquistas sejam freqüentes na sua vida escolar.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, votos de congratulações à Associação Tagliari, de Campo Mourão, por sagrar-se Campeã Paranaense da Categoria Mirim de Futebol de Salão, com conseqüente encaminhamento ao seu Presidente, Ilustríssimo Senhor Itamar Agostinho Tagliari.

Em outras ocasiões, referências foram feitas, inclusive através de requerimento, a respeito do surgimento, da atuação e sobretudo das conquistas obtidas pela Associação Tagliari. Porém, nunca é demais lembrar que, sem nenhuma dúvida, essa Associação foi sempre o maior orgulho para os meios esportivos de Campo Mourão, já que, com determinação, constituíram uma galeria de muitos troféus no âmbito regional e a nível nacional.

Nos dias de hoje, a família Tagliari, vem mantendo a tradição, renovando os seus quadros, mas principalmente transmitindo a experiência e ensinamento aos muitos meninos, muitos dos quais pertencentes à própria família.

Por isto, este requerimento não é apresentado com nenhuma surpresa. Na categoria mirim, a Associação Tagliari vem confirmando sua tradição, o que ficou mais uma vez comprovado quando da conquista do Campeonato Mirim do Paraná, elevando ainda mais a consideração e o reconhecimento do salomismo mourãoense.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, votos de congratulações a Ubiratã pela passagem, que ocorre no dia de hoje, de seus 24 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Raimundo Soares Nascimento; ao Excelentíssimo Senhor Eugênio Zem, Presidente da Câmara Municipal e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

Criado de acordo com a Lei n. 4.245 no dia 25 de julho de 1960 e posteriormente tendo sua instalação do móvel muni-

cipal em 1961, em 4 de novembro, desmembrando-se de Campo Mourão, era efetivamente criado o município de Ubiratã. Isto ocorria em função do crescimento verificado, graças, seguramente, ao espírito empreendedor dos primeiros fundadores.

Com uma área de 655,845 Km<sup>2</sup>, a mesma constitui-se, além dos recursos naturais, de extensas plantações, destacando-se principalmente as culturas de trigo, da soja, do milho e do arroz. Tais atividades representam o meio de sustentação sócio-econômica do Município, cujas divisas, em termos de arrecadação, contribuem significativamente na produção total do Paraná, fato que se comprova com relação à última safra do trigo, cuja colheita superou todas as expectativas, havendo recorde absoluto na produção.

Por certo que Ubiratã, terceiro município em arrecadação de ICM na região de Campo Mourão (só perdendo pela ordem para Campo Mourão e Goierê), só alcança o desenvolvimento ora vivenciado fundamentalmente em razão da labuta de sua gente, que, no dia-a-dia, mesmo nas adversidades econômicas, tem engrandecido, com orgulho uma próspera região, através dos seus 27.323 habitantes, dos quais 13.725 residentes no perímetro urbano e o restante, 13.598, na zona rural.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo à Equipe de Futebol Suíço dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, pela conquista do título de Campeão Estadual da modalidade, em disputa ocorrida no dia 28 próximo passado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

É mais que justo nós nos ufanarmos de tão brilhante conquista, a nível estadual, pelos nossos dedicados funcionários, que procuram elevar o nome deste Poder, até nas atividades sócio-esportivas.

Em um rápido retrospecto haveremos de ver que a Equipe de Futebol Suíço dos Funcionários desta Casa, enfrentou percalços tais que à primeira vista seriam intransponíveis, não fosse o denodo e a garra dos nossos atletas.

Nossos funcionários, dentro do quadrilátero, viram-se à frente de grandes equipes, compostas até de jogadores selecionáveis, mas souberam enfrentá-los com galhardia e a humildade mais uma vez venceu.

Um outro aspecto a se analisar é que as outras repartições públicas, compostas de milhares de funcionários possuíam e possuem condições humanas para formarem equipes do mais alto gabarito e nós, com poucas dezenas de servidores, juntamos ao reduzido número de opções, a grande vontade de vencer, o que realmente aconteceu.

#### EQUIPE DE FUTEBOL SUÍÇO

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABAS

LUIZ CARLOS FORAVANTE GOULART (CAIO)

ALTIVIR GONÇALVES DOS SANTOS

AIRTO CÉSAR SANTIN

ALCINDO ROGÉRIO NEVES DA CRUZ

HESTWART MARTIN

JAIR GUAREZI

ANGELO RENATO BIZINELLI



JOSÉ CARLOS AGUIAR  
CLÁUDIO GRASALT  
HÉLIO NADAL DE MASSI  
EURICO HARAL SCHOENARDE  
NIVALDO VANDIR CORDEIRO  
JOSÉ ALMIR DA LUZ  
CLÁUDIO MARQUES DA SILVA  
Técnico: ALMIR OLIVEIRA SANTOS  
Presidente do Grêmio ALEP: EMERENTINO PACCA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de voto de solidariedade ao professorado paranaense, em suas reivindicações por melhores condições de trabalho e salários justos, que culminam na paralisação, hoje e amanhã, de suas atividades docentes.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente requerimento ao Presidente da A.P.P., bem como aos Presidentes dos núcleos do interior do Estado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. José Richa, sugerindo ao mesmo o envio de mensagem a esta Assembléia Legislativa, contendo anteprojeto de lei isentando de ICM os vendedores-viajantes, autônomos ou não, quando da aquisição de automóvel destinado exclusivamente às suas atividades de intermediadores comerciais.

A atividade de viajante comercial é de profunda importância para o processo de circulação das riquezas e muitas são as dificuldades que os profissionais enfrentam em suas locomoções pelo interior do Estado.

A isenção do ICM na aquisição do carro próprio não gerará perda de arrecadação, pois melhores facilidades para aquisição do carro próprio permitirá maior movimentação dos viajantes e conseqüentemente aumento das vendas e geração de ICM em favor do Paraná.

Essa iniciativa tem sido defendida pelo Vereador Nereu Vidal César, de Maringá, como prova o incluso requerimento, e merece o apoio deste Legislativo.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Governador do Estado, formulando apelo no sentido de que se proceda a equiparação dos proventos de inatividade do pessoal da Polícia Militar do Estado, que se aposentou entre 1973 a 1980, com o pessoal da ativa. -

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

## JUSTIFICATIVA:

Ao se formular tal apelo, visa-se corrigir uma distorção

da lei, pois o pessoal da Polícia Militar do Estado que se aposentou posteriormente a 1980, percebe seus proventos de inatividade integralmente, ou seja: Soldo Básico mais Gratificação Especial, o que lhes proporciona um benefício considerável.

Por um princípio de isonomia, pretende-se estender o mesmo benefício àqueles que vieram a se aposentar entre 1973 a 1980, pois estes só vêm percebendo o soldo básico, sofrendo, portanto, uma defasagem de mais de 50 por cento em seus proventos de inatividade.

Por julgarmos se tratar de uma questão de justiça e de equidade, formulamos o presente requerimento, para o qual solicitamos a devida aprovação dos nobres Pares.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho da BR-487, que liga Ivaí a Tereza Cristina e Três Bicos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## JUSTIFICATIVA:

Em recente visita à região do Ivaí, a Presidência do Diretório Municipal do PMDB de Cândido de Abreu e o Vereador Francisco de Arruda Pereira Pinto, solicitaram que fosse transmitido ao Sr. Secretário dos Transportes, o interesse de grande parte da população daquele município, no sentido de que seja incluída, entre as obras prioritárias do Governo, o asfaltamento do trecho Ivaí a Teresa Cristina e Três Bicos.

Por outro lado, o Município de Ivaí, que possui ligação asfáltica até Imbituva, também será beneficiado com a realização dessa obra.

Embora se reconheça que o Governo do Estado está beneficiando a região com a construção do trecho de estrada Reserva - Cândido de Abreu - Manoel Ribas, os melhoramentos pleiteados como outra opção de tráfego, se concretizada, ligará os dois extremos do Município de Cândido de Abreu no sentido longitudinal, passando a abranger todo o seu território de rodovias compatíveis com o seu desenvolvimento.

A proposta parece ser digna de ser estudada, motivo pelo qual se espera a aprovação do presente requerimento.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Regional do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Trabalho, no sentido da realização de estudos devidos, visando a implantação do referido órgão na municipalidade de Campo Mourão.

Principalmente no ramo da construção civil, o Município de Campo Mourão vem muito rapidamente ganhando invejáveis posições de destaque no cenário estadual. Nos dias de hoje, o número de construções, tanto residenciais como as destinadas para o comércio e indústria é muito grande em andamento, fora as plantas aprovadas pela Prefeitura Municipal daquela cidade, com o início previsto para breve.

A expansão desse setor naturalmente tem atraído bastante mão-de-obra absorvida pelas empresas construtoras e afins, oriundas, além do próprio município, da região também. Entretanto, o contingente de pessoal em grande parte não é qualificado ou necessita de aperfeiçoamento em termos profissionais. Para que isto ocorra, no entanto, as empresas e a população de um modo geral, não dispõe de uma estrutura capaz de efetivamente treinar os cidadãos, colocando-os em condições de trabalho, com habilidades específicas.

Diante de tal realidade e preocupada em por fim na situação, a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, por iniciativa do seu Presidente e em nome de toda sua diretoria, está a reivindicar a implantação do SENAI no município, única forma que se vê adequada para dotar a cidade de condições de capacitação profissional dos interessados.

Fora de qualquer dúvida, a presente medida proposta demonstra, primeiramente, a sensibilidade dos empresários mourãoenses, no sentido do progresso harmonioso da cidade, e o segundo fator, é que novos estágios desenvolvimentistas serão por certo atingidos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de materiais escolares para a Escola Santo Inácio de Loyola, localizada na municipalidade de Fênix.

O presente requerimento baseia-se em iniciativa do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Fênix, bem como dos integrantes da Câmara Municipal de Vereadores.

Segundo ambos, é de fundamental importância a liberação de materiais escolares para aquele tradicional estabelecimento de ensino, pertencente à rede estadual, a fim de atender principalmente os alunos carentes.

Diante dos motivos expostos, aguarda-se por parte dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas que possibilitem tornar concreta esta justa e oportuna solicitação.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido da destinação de uma viatura devidamente equipada para a municipalidade de Mariluz.

A iniciativa é do Excelentíssimo Sr. Joaquim Lopes Gutierrez. Como Prefeito Municipal, de acordo também com apelo feito pelo Ilustríssimo Sr. Delegado de Polícia, Raimundo L. do Nascimento, o organismo de segurança vem passando por uma série de dificuldades, tendo em vista as condições de extrema precariedade do veículo.

Neste sentido, faz-se necessário que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, determine a destinação de uma viatura devidamente equipada, pois somente com tal recurso será possível devolver à população a tranquilidade e segurança que hoje ela tanto carece, face a precariedade de equipamentos da Delegacia.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. responsável pelo DSTC - Departamento de Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a realização de estudos visando avaliar quais são as condições de regularizar a linha de ônibus ligando a municipalidade de Barbosa Ferraz à capital do Estado.

Por unanimidade, a ACAMDOZE - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, em reunião realizada em Nova Cantu no último sábado, aprovou expediente de iniciativa formalizada pelo Excelentíssimo Sr. Aparecido de Oliveira, Vereador de Barbosa Ferraz, que manifestou sua insatisfação e repulsa quanto ao sistema de transporte que liga a referida cidade até Curitiba.

São muitos os transtornos e incômodos enfrentados por grande número de usuários da região. Acontece que os passageiros que têm que se deslocar de Barbosa Ferraz à capital do Estado, são obrigados, segundo o nobre Edil, a adquirirem passagens em Ivaiporã.

Torna-se perfeitamente dispensável tecer comentários a respeito da importância sócio-econômica que representa, tanto a nível regional quanto no âmbito paranaense, o Município de Barbosa Ferraz.

Neste sentido, desse Departamento e Secretaria de Estado dos Transportes, aguarda-se o encaminhamento de medidas o mais urgente possíveis, visto que tal problemática já existe há pelo menos cinco anos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente do BANESTADO, através do Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, no intuito de realização de estudos objetivando a implantação de uma agência dessa instituição financeira no Distrito de Alto São João, pertencente à municipalidade de Roncador.

Os Excelentíssimos Srs. Miguel Pereira e Edson José Pietroski, na condição de integrantes da Câmara Municipal de Vereadores de Roncador, vêm insistindo nesta reivindicação. Para eles, é de fundamental importância a implantação de uma agência em Alto São João, tendo em vista que aquela localidade já comporta a existência de um banco, tanto pela sua população quanto pelo número de propriedades rurais lá existentes. Ademais, a distância, cerca de 30 quilômetros da sede do Município de Roncador, só cria impecilhos.

Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma importante reivindicação, pois visa adequar, em termos dos muitos benefícios que se pretende, como a implantação de um banco, Alto São João, às suas reais necessidades e progresso, atualmente verificados.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a destinação de um veículo devidamente equipado, para a municipalidade de Goioerê.

O Excelentíssimo Sr. Jacintho Tiziani Júnior é vereador de Goioerê. Em reunião realizada recentemente na Câmara Municipal, aquele integrante do Poder Legislativo apresentou, sendo posteriormente aprovado por unanimidade, expediente a ser encaminhado a essa SANEPAR, no sentido da destinação de um novo veículo devidamente equipado.

Acontece que, atualmente, o único veículo disponível é de porte pequeno. Isto, naturalmente, tem criado algumas dificuldades, pois além de suas limitações em termos de equipamentos, o mesmo veículo não consegue propiciar atendimento satisfatório a nível regional, já que a SANEPAR de Goioerê tem também que atender os seus Distritos Administrativos e as municipalidades de Boa Esperança e Janiópolis.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se dessa SANEPAR e Secretaria de Estado do Interior, um pronunciamento favorável à presente questão, por se tratar, fora de qualquer dúvida, de uma solicitação que vem absolutamente de encontro com a população, no sentido de que a mesma tenha um atendimento à altura de suas reais necessidades.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de reiterar pedido referente à recuperação, bem como a construção de acostamentos na Rodovia Vassílio Boiko.

A Rodovia Vassílio Boiko, PR-462, liga importantes Municípios: Iretama, Roncador e Nova Cantu. Por ela, passam diariamente um volume significativo de veículos. A constituição topográfica da região influíu sobremaneira da construção daquela via, de modo que nela existem muitas curvas e elevações, cujo traçado apresenta uma série de perigos.

Diante disto, por iniciativa conjunta dos Excelentíssimos Srs. Vereadores de Roncador, Miguel Pereira e Edson José Pietroski, apresentada por ocasião da reunião da ACAMDOZE — Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Doze, foi feito apelo no sentido de que essa Secretaria de Estado dos Transportes adote medidas urgentes para que sejam construídos acostamentos ao menos nos trechos de maior perigo. Ademais, vários são os trechos que apresentam várias rachaduras, fruto da ação das chuvas que têm provocado a erosão, que por

sua vez vem praticamente invadindo partes da pista.

Para que os condutores de veículos e os pedestres tenham segurança necessária ao tráfegar por aquela rodovia, é de fundamental importância o encaminhamento de medidas concretas, através da realização de obras de revitalização e novas benfeitorias, o que se espera dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COPEL, através da Governadoria do Estado, encarecendo a imediata revisão no sistema de distribuição de energia elétrica no perímetro urbano da municipalidade de Campo Mourão.

Quando ocorrem precipitações pluviométricas na cidade de Campo Mourão, no que diz respeito ao sistema de distribuição de energia, ocorre uma série de problemas, principalmente com relação às frequentes interrupções no fornecimento. Tais transtornos vêm ocorrendo principalmente nos bairros periféricos, cujos problemas estão, a cada dia, aumentando sistematicamente.

Deste modo, acolhendo preocupações levantadas pelo Ilustríssimo Sr. Pedro Teixeira, advogado, profundo conhecedor dos problemas de Campo Mourão, ele aponta como exemplo das dificuldades enfrentadas quando da falta de energia o fato de que a Rádio Difusora Colméia, daquele município, obriga-se a suspender sua programação, tendo em vista o corte de luz.

Fora de qualquer dúvida, tal solicitação, embora sendo de iniciativa do Ilustríssimo Sr. Pedro Teixeira, tem em suas preocupações, os mesmos interesses do conjunto dos moradores mourãoenses, principalmente os que residem nos bairros daquela cidade.

Face à exposição de motivos, aguarda-se dessa Companhia um pronunciamento favorável ao assunto em questão, onde a solução apontada é a revisão imediata do sistema atualmente em funcionamento, determinando, conseqüentemente, a adoção de medidas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da EMOPAR, através da Secretaria de Estado da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na Escola Estadual Castelo Branco, localizada na municipalidade de Fênix.

Chega a uma situação insustentável o estado em que se encontra a Escola Estadual Castello Branco. Suas instalações há muito tempo não mais apresentam condições mínimas de higiene (os banheiros são deficitários); de segurança (as paredes e o teto correm o risco de caírem).

Os vereadores, a Inspetoria de Ensino, o Diretório Municipal do PMDB e a direção escolar daquele estabelecimento de ensino, estão a reivindicar uma solução imediata de tal

problema, visto que os frequentadores da Escola o têm feito num clima de insegurança e apreensão.

Portanto, que essa EMOPAR determine o levantamento técnico da situação e, conseqüentemente, determine num menor espaço de tempo possível, a liberação de recursos financeiros para a realização de reformas gerais no referido educandário.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação de recursos orçamentários a serem aplicados em obras de ampliação e remodelação do terminal rodoviário localizado na municipalidade de Campo Mourão.

Construído há muitos anos atrás, a rodoviária existente em Campo Mourão já não mais atende satisfatoriamente os seus usuários. Tal situação deve-se naturalmente ao fato de que as instalações sofreram o desgaste com o decorrer dos anos.

Nos dias de hoje, constata-se facilmente a precariedade em algumas instalações, como falta de pinturas nas paredes; as deficiências na parte hidráulica e no setor elétrico; as condições de dificuldades verificadas nos boxes destinados aos vários ramos de comércio; e finalmente, os constantes transtornos nas vendas de passagens, uma vez que o espaço não é suficiente para um atendimento à altura.

Ademais, faz-se necessária, fora de qualquer dúvida, a ampliação das instalações, em todas as repartições. Com isto, será possível dotar aquela rodoviária de uma estrutura compatível com o próprio processo desenvolvimentista, cujo estágio, de franco progresso, está a exigir, num menor prazo de tempo possível, a adoção de medidas concretas, que venham, efetivamente, de encontro às reais necessidades do conjunto da população, tanto daquela cidade como da vasta região.

É de fundamental importância que essa Secretaria de Estado dos Transportes, avalie, dentro da disponibilidade ou previsão financeira, a real possibilidade de garantir o pronto atendimento do que ora é solicitado, repassando, à Prefeitura Municipal, os recursos que se fizerem necessários para as obras de ampliação e remodelação, conforme manifestação feita neste sentido e de modo muito especial, pelo ilustríssimo Sr. José Boiko, destacado empresário mourãoense.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o desenvolvimento de estudos técnicos objetivando avaliar as condições de tráfego no trevo recentemente construído e que dá acesso à Perimetral Presidente Tancredo Neves, localizado na municipalidade de Campo Mourão.

Recentemente, realizou-se, em Campo Mourão, uma reunião que contou com a presente expressiva de diversos segmentos sociais da cidade. Na oportunidade, debateu-se vários

assuntos que dizem respeito direta e indiretamente, ao próprio processo de crescimento verificado naquele município, nunca antes experimentado.

Dentre as questões, que aliás foram refletidas no bojo das preocupações que muito bem demonstraram o alto espírito público, isento portanto de questões meramente pessoais ou políticas, destacou-se a apresentada com relação ao trânsito, mas especificamente o trevo situado na Rodovia PR-317, que dá acesso à perimetral Tancredo Neves (antiga Travessa Guaíra). O problema levantado pelo Ilustríssimo Sr. Luiz Carlos Cavalhieri é de que, embora tenha sido construído recentemente, o referido trevo já tem causado uma série de transtornos, tendo em vista que seu traçado não permite um fluxo ordenado de veículos, tanto para os que pretendem seguir rumo à citada Perimetral, como os que vão ao centro da cidade de Campo Mourão e vice-versa.

Neste sentido, conforme ainda aponta aquele conceituado técnico agrícola e proprietário de empresa do ramo, torna-se de vital importância que esta Pasta estude com melhor atenção, com respeito ao referido trevo, a fim de permitir que problemas sejam eliminados.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente do SENAC, para que sejam realizados estudos no sentido da transformação desse órgão existente na Municipalidade de Campo Mourão, em centro regional.

Há alguns anos atrás, o SENAC era efetivamente instalado em Campo Mourão, tendo em vista a real necessidade de dotar aquela cidade de uma estrutura que permitisse efetivamente, a formação de pessoas, habilitando-as melhor para o comércio local. Com o passar dos tempos, o município passou por profundas transformações no âmbito de sua economia, havendo, principalmente, como nos dias atuais, um acelerado crescimento também em todas as outras áreas.

Entretanto, o SENAC manteve-se em sua estrutura funcional (professores e técnicos) e de realização de cursos propostos e oferecidos (em termos de equipamentos), simplesmente pouco ou nada alterada. Ou seja, não acompanhou o próprio processo evolutivo, ficando, deste modo, muito aquém do atual momento.

Ademais, vale ressaltar que o mini-centro daquela cidade, tem em média mil alunos nos cursos oferecidos, estes, em sua maioria, têm que se sujeitar a salas não condizentes com tal número (só existem duas salas), tendo por vezes que realizar suas atividades em outros locais cedidos pela comunidade.

Neste sentido, faz-se necessário que estudos sejam desenvolvidos, a fim de viabilizar o SENAC de Campo Mourão como um centro regional, dando-lhe os recursos que precisar, e, conseqüentemente, dotando-o à altura das potencialidades daquele município, bem como da vasta região, integrada por outros 19 municípios. Este é, aliás, o pensamento unânime da classe empresarial mourãoense, através da Associação Comercial e Industrial, conforme manifestação do Ilm.<sup>o</sup> Sr. Presidente, Dilmar Daleffe, que afirma estar ainda o comércio carente de melhor qualificação profissional de seus quadros, não podendo sempre recorrer ao SENAC, dada sua limitada estrutura.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da destinação de doze luminárias para a quadra de esportes existentes no Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga, localizada na Municipalidade de Goioerê.

O presente requerimento é apresentado com base em iniciativa do Ilustríssimo Senhor Sérgio Rodolfo S. Orcelli. Ele, que é Diretor Geral daquele conceituado estabelecimento educacional, afirma ser de vital importância o envio de tais luminárias, visto que as mesmas, quando efetivamente instaladas, permitirão a prática da educação física no período noturno, por parte dos alunos.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Secretaria e FUNDEPAR, atendam o presente pedido, dada a sua real necessidade.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o envio de materiais de escritório para a Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Nivando Antônio Simionato, localizada na Municipalidade de Peabiru.

O presente requerimento baseia-se em solicitação de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Sebastião Bonifácio Pereira. Morador há muitos anos em Peabiru, e agora no Conjunto Residencial Nivando Antônio Simionato, ele afirma ser de fundamental importância a colaboração dessa FUNDEPAR e Secretaria da Educação, na liberação de materiais de escritório e carteiras escolares. Tais móveis se destinarão a atender a entidades que representa todos os moradores daquele conjunto, uma vez que a mesma pretende pôr em prática uma série de planos com relação a promover o entretenimento, o lazer e à educação, principalmente dos mais jovens.

Espera-se o pronto atendimento ao assunto ora exposto, vez que se trata de uma

importante iniciativa que, aliás, vem de encontro à melhoria das condições de vida dos citados moradores.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação e manutenção de escola estadual de 1.º Grau (5.ª a 8.ª), na localidade de Santa Rosa do Ocoí, no Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

Existe na localidade um prédio escolar construído pela FUNDEPAR em terreno a ela doado pelo município.

No entanto, vem funcionando apenas o ensino da 1.ª e 4.ª, sob manutenção do Município.

Faz-se, portanto, necessário e imperioso a implantação do ensino da 5.ª a 8.ª série no mesmo estabelecimento.

É de ser levado em consideração que a distância que separa aquela localidade da sede municipal é de aproximadamente 15 km.

Além do mais, a escola viria abranger uma vasta área, formada pela maioria de pessoas de baixo poder aquisitivo e portanto sem condições de enviar seus filhos todos os dias através de ônibus até a sede municipal.

Hoje, porém, uma minoria dos alunos concluintes da 4.ª série, sentem-se forçados a se deslocar à sede municipal para estudar e outra grande parte simplesmente abandona seus estudos.

A localidade de Santa Rosa do Ocoí tem sua sustentação somente na agricultura, fato que deve aumentar as atenções do poder público, em busca de oferecer condições adequadas para a efetiva fixação do homem no meio rural.

Por estas e outras razões é que vimos nesta Casa solicitar a aprovação do presente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, pedindo que a pavimentação do acesso ao Parque de Exposição CELSO GARCIA CID, de Cascavel, seja prolongada a fim de atender a população residente no local e as empresas in-

dustriais e comerciais como: a AGRÍCOLA SPERAFICO, EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO PIONEIRA, MARVEL-MARMOARIA CASCAVEL, VITORIO PIANA e outras firmas que geram empregos e recursos para a própria economia do Município e do Estado, facilitando o escoamento de suas produções e possibilitando melhor tráfico dos veículos particulares e de transporte coletivo.

sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Nossa solicitação está sustentada no alcance social que reveste o prolongamento da obra que gerará estímulos às empresas localizadas às margens da BR-277, em Cascavel, próximas ao Parque de Exposições da cidade. Nosso requerimento atende, ainda a Associação Comercial e Industrial de Cascavel que reforça o apelo que fazemos ao Senhor Secretário dos Transportes, esperando imediato atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ - TELEPAR -, Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a instalação de um telefone público na Rua Rio Paraná, 60 - Jardim Weisópolis - Piraquara.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme o abaixo-assinado em anexo, a referida instalação virá beneficiar grande parte da comunidade local, que se encontra desprovida de um meio de comunicação acessível à maioria, dificultando assim a resolução de problemas referentes, principalmente, à segurança e saúde.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora ARLETE RICHIA, Mui Digna Superintendente da LBA, solicitando a construção de uma CRECHE no Conjunto Habitacional JOÃO PAULO I, na cidade de Apucarana.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, a maioria das famílias moradoras deste conjunto possui baixa renda, havendo necessidade do trabalho da mulher para ajudar no orçamento mensal,

solicitamos a construção desta creche na comunidade, onde as mães possam deixar filhos durante o dia, e conseqüentemente ajudar sua família.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Mui Digna Secretária de Estado da Educação, solicitando a liberação do funcionamento do 2º Grau no Grupo Escolar Heitor C. Alencar Furtado, na cidade de Apucarana.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Dado a grande distância e ao grande número de pessoas que se deslocam para buscar até o centro da cidade o ensino de 2º grau, vimos através deste solicitar de Vossa Excelência a liberação deste benefício, pelo o qual beneficiará em muito a nossa população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando a liberação de verbas para a ampliação do Grupo Escolar Heitor C. Alencar Furtado, no Conjunto Habitacional João Paulo I de Apucarana.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a atual escola não comporta mais alunos pela capacidade da mesma, estamos reiterando a construção de mais uma ala para abrigar as crianças deste núcleo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ CORDONI JUNIOR, mui digno Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a liberação de verbas para a construção de um Mini Posto de Saúde, no Conjunto Habitacional João Paulo I, na cidade de Apucarana.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando a distância em que se en-



contra o Conjunto Habitacional do centro da cidade, sentimos a necessidade da construção e funcionamento de um Mini Posto de Saúde no Núcleo com atendimento médico ambulatorial.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Sr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, solicitando a liberação de verbas para a construção de um Módulo Policial no Núcleo Papa João Paulo I de Apucarana.  
Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Habitacional João Paulo I conta hoje com aproximadamente 3.500 habitantes (população superior a muitas cidades do Paraná), e considerando que a segurança destes moradores é precária, com apenas rondas policiais feitas esporadicamente durante o dia, sentimos a necessidade de construção e funcionamento deste módulo, o que irá dar maior tranquilidade e sossego a comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Camilo Calazans de Magalhães, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil S/A., solicitando a criação e instalação de uma Agência em Cândido de Abreu, e possível transferência do Posto Avançado de Crédito Rural-PAVAN, da sede do Município de Cândido de Abreu para o Distrito de Teresa Cristina, no mesmo município.  
Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cândido de Abreu, conta hoje com um Posto Avançado de Crédito Rural-PAVAN, o qual, devido ao grande crescimento da região, tanto nos setores comercial, industrial e, em especial na agropecuária, poderia, de imediato, ser substituído por uma Agência, trazendo inquestionáveis benefícios àquela comunidade.

Criada a Agência, torna-se viável a transferência do referido Posto Avançado de Crédito Rural-PAVAN, para Distrito de Teresa Cristina, no mesmo município, onde estará beneficiando os moradores da região, principalmente aqueles que labutam na área rural.

Cândido de Abreu conta, atualmente, com quase 50.000 habitantes e sua produção agrícola é expressiva, devendo crescer a partir da conclusão da Rodovia Manoel Ribas-Reserva, passando pelo citado Município.

Lembramos que as Agências mais próximas do Banco do Brasil S/A., estão situadas em Telêmaco Borba e Ponta Grossa que distam 167 e 217 km, respectivamente da sede do Município de Cândido de Abreu.

É, portanto, de interesse do Banco do Brasil S/A a instalação da Agência ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUDEPE, em que solicita a instalação de Entrepósito de Comercialização de Pescados na sede da Colônia dos Pescadores Z 12, em Foz do Iguaçu.  
Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de Entrepósito de Comercialização de Pescados Colônia Z 12 viria em atendimento direto a 400 pescadores profissionais cadastrados, normatizando esta importante atividade comercial no fronteiraço Município de Foz do Iguaçu.

Necessário se faz para tal a conclusão da Câmara Fria, já parcialmente construída na referida Colônia. Ademais, a iniciativa viria em benefício da saúde pública, ainda hoje sujeita a toda a sorte de males oriundos do consumo de pescados à revelia da fiscalização do setor público.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando ingerência junto aos órgãos competentes, para a viabilização do asfaltamento da Rodovia BR-158 no trecho Palmital - Roncador.  
Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985  
(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma rápida olhada no plano viário do Estado, pode se constatar que com o asfaltamento de Pitanga - Palmital, que o atual Governo está concretizando e considerando que Roncador já está no asfalto (PR. Vassílio Boiko) urge, portanto, esta ligação pretendida, pois liga importantes regiões produtoras do Estado.

Há de se levar em conta de que o leito terroso já existe, bem como, a única obra de arte que a ligação exige, sendo uma ponte sobre o Rio Cantu, também já está concluída, barateando em grande monta o custo da rodovia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Suas Excelências os Senhores Ministro do Exército e Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar, consubstanciado em apelo, no sentido de que o Colégio Militar de Curitiba não tenha suas atividades encerradas.

Numa época em que a nossa sociedade vem se ressentindo de novos valores, visando a formação de uma elite que possa gerir os seus destinos, não se justifica o encerramento daquele exemplar estabelecimento de ensino de nossa Capital, que há longos anos vem prestando inestimáveis serviços à formação da nossa juventude, atendendo a classe estudantil não só paranaenses e catarinenses, como também a dos demais Estados brasileiros.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando o estudo da viabilização do asfaltamento da Rodovia BR-158, no trecho Palmital - Roncador.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1985

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Uma rápida olhada no plano viário do Estado, pode se constatar que o asfaltamento de Pitanga - Palmital, que o atual Governo está concretizando e considerando que Roncador já está no asfalto (Pr. Vasilio Boiko) urge, portanto, esta ligação pretendida, pois liga importantes regiões produtoras do Estado.

Há de se levar em conta de que o leito terroro já existe, bem como, a única obra de arte que a ligação exige, sendo uma ponte sobre o Rio Cantu, também já está concluída, barateando em grande monta o custo da rodovia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor JOÃO CONCEIÇÃO E SILVA, Mui Digno Delegado Regional do Trabalho no Paraná, acerca de providências que deverão ser tomadas a respeito da atuação de Fiscais do Ministério do Trabalho, no Município de Maringá, Estado do Paraná e, que do presente se faça comunicação à Associação Comercial e Industrial de Maringá.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(a) NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Encontra-se este País, duramente castigado pelos anos de arbítrio e o nosso povo sentiu drasticamente todos os efeitos da política econômica e financeira e da recessão implantadas e impostas, por governos anteriores.

O Empresariado Nacional, seja qual for a sua área de atuação, luta hoje contra uma série de dificuldades financeiras provocadas por tais medidas.

Tem o nosso Governo, uma enorme dívida social a resgatar e, para recuperarmos o Estado brasileiro, urge a necessidade do trabalho conjunto do povo, dos empresários e dos atuais governantes.

No momento em que Povo, Empresariado e Governo assumirem conscientemente cada qual o desempenho fiel do seu papel, poderemos vislumbrar um novo futuro. O Governo não deve assumir nunca o papel de tirano opressor, na aplicação de pesadas multas, nem de cúmplice ignorando-as, mas sim de orientador e conscientizador.

O que está ocorrendo no Município de Maringá, em nosso Estado do Paraná, é uma brutal e violenta fiscalização por parte dos Fiscais do Ministério do Trabalho.

Os empresários de Maringá, bem como a Direção da Associação Comercial e Industrial daquele município, estão inconformados com esse tipo de fiscalização que os vilipendia.

Aqueles Empresários responsáveis pelo crescimento e extraordinário progresso da "Cidade Canção", e se comparando com outros grandes centros, devem ser respeitados, nós exigimos este respeito.

Não somos, de forma alguma, contrários a qualquer tipo de fiscalização normal, por parte de órgãos governamentais, mas acreditamos que antes da ganância de multas, deve existir, em primeiro lugar, trabalho de conscientização.

Com atitudes como estas, com aplicação de multas e mais multas não conseguirão as empresas continuar sobrevivendo.

Acontecerão as falências, em consequência aumentará o desemprego e, finalmente será agravada a crise social.

A conscientização, o esclarecimento e o respeito deve ser atitude primeira dos

fiscais em relação aos Empresários.

Isto posto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, requeiro o SIM desta Casa, para o envio imediato de cópia deste à autoridade nominada para que tome as providências a respeito do caso e, que se comunique a Associação Comercial e Industrial de Maringá.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, pedindo o prolongamento dos serviços de transporte coletivo interestadual de Cascavel a Porto Velho (RO) até Rio Branco (ACRE) e a autorização de uma linha de ônibus ligando Curitiba a Porto Velho (RO), objetivando facilitar a locomoção dos passageiros que se deslocam do Paraná para aquela região brasileira.

Requer ainda, que seja enviada cópia do presente requerimento para o Diretor de Transporte de Passageiros do DNER, Doutor Henrique Carlos Horta Filho, Av. Presidente Getúlio Vargas, 522; para o Engenheiro Chefe do 9.º Distrito Rodoviário em Curitiba, Av. Victor do Amaral, s/n - Tarumã e ao Engenheiro Chefe do 1.º Distrito Rodoviário Federal em Manaus (AM), AM 10 Km 03 - Bairro das Flores - Manaus - AM.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O espírito de progresso, o amor pela liberdade, a vontade de vencer, a ambição de ganhar, a necessidade de sustentar a família, a esperança de melhorar de vida em região pioneira, o aceno do Governo para solução de problemas sociais, a política da segurança nacional, etc. tem sido a mola propulsora do avanço de homens nas regiões inexploradas do Oeste do País.

Em função destas migrações, criou-se o Estado de Rondônia, abriram-se rodovias, pavimentaram a Rodovia 364 e assim escancarou-se a porta para o avanço do homem ao interior na procura de riquezas, na esperança de melhor vida ou até mesmo na esperança de sobreviver lá, já que aqui pela recessão implantada por orientação política e econômica equivocada, não encontra emprego ou se encontra, o salário é incompatível com a capacidade do trabalhador ou não supre as necessidades do trabalhador.

Os paranaenses foram um dos primeiros a chegarem ao Estado de Rondônia. Isto é, antes de ser Estado, foi do Oeste do Paraná que grandes contingentes de colonos se dirigiram para Rondônia e Acre, os primei-

ros pelo problema fundiário encontrado na região Oeste do Paraná, os outros em função da desapropriação de terras férteis para dar lugar a hidroelétricas que beneficiariam não eles, mas os habitantes das grandes cidades, e os últimos porque com o crescimento de suas famílias os oesteiros procuraram novas fronteiras agrícolas, indo encontrar em Rondônia e em Acre.

Com as enormes migrações que ocorreram especialmente na década de 70 e nos primeiros anos desta década, deste Estado para os Estados de Rondônia e de Acre, criou-se um relacionamento e intercâmbio comercial, cultural e social.

Nas mudanças em contactos políticos com o povo da região Oeste do Estado, especialmente nas regiões de Cascavel, assim como na Capital por onde tenho a obrigação de circular na defesa de interesses do povo que represento, tenho constatado que há efetivamente este entrelaçamento comercial, social e cultural. Diariamente, há pessoas se deslocando desta Capital para Rondônia ou Acre. Para lá estão viajando para conhecer o Eldorado, visando um futuro investimento ou até mesmo lá se mudar.

Há, também, permanente movimento de pessoas que se dirigem do Oeste do Brasil.

Nestas constatações, tenho recebido também constantes reclamos dos viajantes pela dificuldade em se locomover até aqueles rincões do País.

Os reclamos consistem no elevado custo das viagens aéreas que inviabilizam uma viagem rápida e cômoda.

Também as viagens em veículos próprios se tornam desaconselháveis, por serem extremamente cansativas aos viajantes pela enorme distância entre Paraná e Acre ou Rondônia, trazendo inclusive riscos de acidentes em função da fadiga do motorista, além de ser também oneroso.

A melhor opção para quem quer viajar para aqueles Estados do Oeste do Brasil é através de ônibus, em função do seu custo que é acessível à grande maioria e por não cansar demais os viajantes, especialmente, porque conforme se informa, as empresas que fazem a conexão entre o Estado de Rondônia e o Paraná têm utilizado ônibus de excelente qualidade.

Contudo, consta que não há ligação direta entre esta Capital com o Estado de Rondônia ou Acre. Os viajantes reclamam da dificuldade, desconforto e incômodos da necessidade de baldeações. Há incômodos pelo desencontro de horários entre o ônibus que parte de Curitiba para se conectar com outros que ligam o Paraná a Rondônia. É o incômodo da espera, é o desconforto de muitas rodoviárias sem condições de acomodar bem os usuários, é o gasto a mais que o viajante é infligido em hospedagens e restaurantes. Enfim, há inúmeras dificul-

dades.

Mesmo assim o povo que viajar para Rondônia, assim como vêm muitos de lá para cá. Cabe a nós, homens públicos, velar pelo interesse destas pessoas que no seu circular para lá e para cá estão produzindo riquezas, estão melhorando o relacionamento humano, estão fazendo o Brasil.

Neste espírito de homem público, preocupado com os interesses do povo, vem solicitar que o Ministério dos Transportes, através do órgão competente, encontre solução adequada para minimizar os problemas dos viajantes e do povo do Paraná e dos Estados de Rondônia e do Acre, cujos povos têm estreito laço cultural, social e econômico.

#### Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 289/85  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado ao Professor que houver trabalhado em mais de uma atividade na administração pública do Estado, e que tenha exercido efetivamente funções próprias do Magistério sem completar o prazo mínimo que lhe corresponda para fazer jus à aposentadoria especial, prevista no Art. 74, III, "b", da Constituição Estadual, o direito de contar esse tempo com o acréscimo resultante da multiplicação por 35 e imediata divisão por 30, reduzido para as Professoras, tal fator de cálculo, para 30 e 25, respectivamente, para efeito de aposentadoria.

Parágrafo Único - É vedada a aplicação do disposto no Art. 138, da LEI 6.174, de 16/11/70, com a redação dada pela Lei n. 7050, de 04 de dezembro de 1978, para acréscimos, em paralelo, referentes a um mesmo período.

Art. 2º - Aplica-se o disposto no artigo anterior para efeito de cálculo nos casos de aposentadorias compulsórias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,  
MÁRIO PEREIRA e  
NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Emenda Constitucional n. 18, de 30/06/81, de autoria do Senador Álvaro Dias, o Art. 165 da Constituição Federal, ficou acrescido de mais um item, com a seguinte redação:

"XX - A Aposentadoria para o Professor após 30 e para Professora, após 25 anos de efetivo exercício em função de magistério, com salário integral".

Posteriormente, através da Emenda n. 12 de 02/12/81, as alíneas "a" e "b", do item III do Art. 74 da Constituição Estadual, passaram a ter a seguinte redação, ao tratar da aposentadoria:

"a) - trinta anos para mulheres;

b) - trinta anos para o Professor, e a vinte e cinco anos para a Professora, que neste tempo tenham EXERCIDO EFETIVAMENTE FUNÇÕES PRÓPRIAS DE MAGISTÉRIO".

A interpretação desse dispositivo, em nosso Estado, decoreu da aplicação do Parecer n. 136, da Procuradoria Geral do Estado, publicado no Diário Oficial de 10/05/82.

No referido Parecer, com muita propriedade a douta PGE concluiu que a Emenda à Constituição Federal foi inserida no título III (da Ordem Econômica e Social, que assegura numerosos direitos aos trabalhadores em geral), abrangendo juntamente com os Professores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, também os Estatutários.

Analizou vários aspectos da aplicação da referida norma, mas deu a entender, por omissão, que seriam necessários trinta ou vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções próprias do magistério, condição "sine qua non", para que se concedesse aposentadoria, respectiva, aos Professores e Professoras.

Ocorre, que o Governo Federal, pelo Decreto n. 87.374 de 08/07/82, passou a assegurar aos trabalhadores que exerceram por determinados períodos de atividades beneficiadas com redução do tempo para aposentadoria, desde que houvessem trabalho em outras atividades sem o referido benefício, o direito de contar proporcionalmente o tempo de serviço contemplado com Aposentadoria Especial.

O Projeto de Lei ora em elaboração tem por objetivo aperfeiçoar a regulamentação da Emenda Álvaro Dias em nosso Estado, preenchendo a lacuna observada no supracitado Parecer.

Os funcionários públicos admitidos antes da Constituição Federal de 1967, tinham direito a aposentar-se com 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres). Com a Nova Carta, esses tempos foram aumentados para 35 e 30 anos, respectivamente, ficando omissa a parte referente aos direitos já adquiridos.

O Estado de Minas Gerais foi o primeiro a reconhecer o direito da contagem proporcional a seus servidores, e logo foi seguido por São Paulo, Paraná e outros Estados, daí o nome "Lei Mineira".

No caso dos Professores, a situação é semelhante: Antes da Emenda Álvaro Dias, eles se aposentavam com 35 anos (homens) e 30 anos (professoras), e passaram a ter o direito de se posentar com 30 e 25 anos,

respectivamente.

É justo, portanto, que o tempo de serviço prestado em funções próprias do magistério seja contado proporcionalmente para aqueles que não completaram o tempo exigido para aposentadoria em funções, consideradas "próprias do magistério", mas possuem outros tempos de serviços prestados em atividades diversas.

Podemos citar o seguinte exemplo:

Um Professo(a) exerceu 20 anos de magistério regendo classe. Após esse tempo, passou a exercer a função administrativa não considerada própria do magistério, ou foi colocada à disposição de outro órgão da administração, ou, ainda, passou a prestar serviços requisitada por outro Estado. Pela omissão da regulamentação, atualmente ela perderá esses 20 anos de serviço prestado em salas de aula, para a aposentadoria especial.

Ora, quem trabalhou 20 anos, com direito a se aposentar aos 25, já teria cumprido 80% da jornada exigida por lei, e lhe faltava completar apenas 5 anos.

Deixando as funções, lhe faltariam mais 10 anos!

Aplicando-se a Lei ora proposta, os 20 anos seriam multiplicados por 30 e divididos por 25, resultando um acréscimo de 4 anos. Assim, somente lhe faltarão 6 anos para cumprir em atividade.

Esses 6 anos correspondem exatamente a 20% do tempo que estaria restando a ser completado numa jornada de 30 anos para aposentadoria.

Para os Professores, esses fatores seriam modificados, com a multiplicação por 35 e divisão por 30.

Os períodos de exercício em funções próprias do magistério paralelos àqueles já amparados pela "Lei Mineira" não poderão sofrer dois acréscimos, pois, isso é vedado pelo Parágrafo Único do Art. 1.º desta Lei.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 287/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Motoristas de Táxi do Município de Piraquara", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Motoristas de Táxi do

Município de Piraquara, fundada em 11 de outubro de 1981, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e desde sua fundação vem cumprindo com o estatuído em seus estatutos, ou seja:

1) - Realizar reuniões cívicas, sociais ou recreativas no sentido de unir os associados.

2) - Dar assistência médica aos associados e dependentes.

3) - Fiscalizar o correto exercício da profissão, dentro das normas legais, procurando que seus associados se mantenham dentro da norma da dignidade, honestidade e segurança para o passageiro.

A documentação que acompanha o presente Plano de Lei preenche as exigências da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

##### PROJETO DE LEI N. 288/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica criado o Distrito Administrativo de Nova Amoreira no Município de Marilândia do Sul, com sede na localidade de do mesmo nome e Divisas seguintes:

"Começa no cruzamento da Estrada Caetanosa com o Rio das Antas, desce por este até a foz do Rio Piaí-Mirim, pelo qual sobe até a foz do Córrego Dois Irmãos subindo pelo mesmo até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a estrada Dois Irmãos, seguindo pela mesma até alcançar a Estrada Nova Amoreira, segue pela mesma até o entroncamento com a Estrada Alfavaca Doce, segue por esta até a Estrada Fazenda de Ataliba, segue por esta até a Estrada Água Amarela, até a Estrada Nova Amoreira - São José, segue por esta até alcançar a Estrada Colônia Novo Oriente, seguindo pela mesma até a Estrada Caetanosa, na BR-376, segue pela Estrada dos Caetanais até o Rio das Antas, ponto de partida".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(a) JORGE MAIA FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

A região de Nova Amoreira no Município de Marilândia do Sul, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados, face ao trabalho da sua laboriosa população, quer no setor agrícola ou sócio-econômico.

O seu acréscimo é dos mais marcantes, o que determina a sua estruturação como Distrito Administrativo.

A representação municipal anexa, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais, previstos na Lei Complementar n. 2 - Lei Orgânica dos Municípios.

É nessa intenção que apresentamos o presente plano de lei, atendendo aos anseios da população local, e que temos a certeza contará com o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 290/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA OFICINAS - AMO, na cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/11/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Paraná, e está devidamente registrada sob n. 9000 do Livro A-6 do 1º. Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba.

Foi fundada em 14 de julho de 1973, com os objetivos de: conscientizar a comunidade de suas potencialidades; despertar responsabilidades e participação coletiva; desenvolver atividades educacionais recreativas, desportivas, beneficentes e assistenciais, sem quaisquer fins lucrativos.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente. No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As classes empresariais de Ponta Grossa, lideradas pelo Secretário Municipal de Indústria e Comércio, preocupadas com a situação em que se encontra o Comércio e a Indústria de todo o Estado do Paraná, elaboram uma longa exposição de motivos dirigida ao Governador José Richa, através das quais fazem uma série de sugestões ao Governo do Estado, para que o progresso do comércio e da indústria seja igual nas mais diversas regiões do nosso Estado.

O documento é assinado pelo Secretário da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Luiz Vicente Pavão, pelo Doutor Luiz Gonzaga Pinto, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa; Ricardo Alberto Kossatz, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Ponta Grossa; Arthur Nadal, Presidente do Sindicato do

Comércio de Ponta Grossa; Maggeed Nelson Thomé, Presidente da Associação Paranaense de Supermercados Regionais de Ponta Grossa e Paulo Roberto Godoy, Presidente do COIND de Ponta Grossa.

Algumas das sugestões me permitem apresentá-las neste Plenário e dar integral apoio a elas. Primeiro: Introdução de Modificações do Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei n. 4.529/62, visando a sua atualização e para dotá-lo de mecanismos que lhe dêem condições de competitividade com similares. - Estabelecimento de dilação de prazo para pagamento por estabelecimentos comerciais, do imposto de circulação de mercadorias, desde que tais estabelecimentos apresentem crescimento real, a exemplo com que já ocorre com estabelecimentos industriais.

Quero afirmar a este Plenário que, na última semana, alguns dos nossos companheiros de Bancada estiveram numa reunião com o vice Governador do Estado, João Elisio Ferraz de Campos e ele adiantava que realmente o Governo do Estado do PR. pensa em criar um mecanismo inédito no Brasil, dilatando prazo para recolhimento de ICM daquelas empresas que estiverem aumentando as suas atividades. Portanto, a reivindicação do comércio e da indústria de Ponta Grossa, também neste aspecto está de encontro com a política já adotada pelo nosso Governo.

Terceiro ponto defendido pela classe empresarial de Ponta Grossa, a fixação clara da política de interiorização da industrialização pretendida pelo Governo Estadual, de forma que não haja discriminação entre municípios. Os benefícios e os recursos do Estado não devem ser canalizados somente para a Cidade Industrial de Curitiba. Acredito que esta é uma reivindicação de todos os municípios do Estado do Paraná.

Quarto, uma tomada de posição de parte do Governo do Paraná, no que diz respeito à incidência do ICM sobre os acréscimos financeiros das vendas a prazo.

Quinto, dilação de prazo para o pagamento do ICM gerado pelas vendas de final de ano pelo comércio, em condições mais favoráveis do que foi concedido no ano de 1984, e com ampla divulgação antecipada da medida e dos requisitos necessários para sua obtenção.

Também, aqui, nobres Deputados, devo afirmar: na última reunião realizada na sede do Banco do Estado do Paraná, o vice-Governador e Secretário de Finanças adiantava que, o Governo está estudando e concederá essa dilação de prazo, nos próximos dias.

O último item do documento elaborado pela classe empresarial dos Campos Gerais, diz: "Elaboração de convênio entre o Governo do Estado, Secretaria de Estado da



Indústria e Comércio, BADEP, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Associações de classe, visando a implantação do Centro de Estudos Econômicos e Sociais".

Esses são os seis itens do amplo memorial elaborado pelas classes empresariais de minha terra, que fazem sugestões ao Governador José Richa.

Nas próximas sessões abordei cada um destes temas, comentando as sugestões feitas e as posições já tomadas, ou por tomar pelo Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Encerraram-se as atividades comemorativas da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, as quais realizaram-se entre 23 e 29 de outubro.

Particularmente, como membro da Comissão de Educação desta Casa, aproveito esta oportunidade para tecer algumas considerações sobre o tema.

Efetivamente, vemos com grande satisfação, que a Educação está tomando outros rumos neste grande País, com o crescimento da preocupação pelo ensino e por tudo o que lhe é afeto. Trata-se de uma reação normal da comunidade educacional e da sociedade em geral, que após tantos anos esteve amordaçada, e que agora começa a desaguar suas inquietações no espaço aberto pela Nova República. Foram anos sombrios em que o nível da qualidade de ensino ministrado caiu a índices assustadores, tudo com o objetivo de formar a juventude, sem lhe dar margem à crítica; crítica esta temida pelos generais do Poder e seus apaniguados, que esquecendo-se das suas funções primordiais, que são a defesa do Território Nacional e do bem estar da população, investiram pesado contra os seus próprios irmãos brasileiros, com o fim exclusivo de manterem as regalias e mordomias que o Poder lhes facilitava.

No campo da Educação, podemos afirmar que muito embora estivessem realmente interessados num genocídio intelectual, os perversos objetivos a que se propunham não foram totalmente alcançados, embora os prejuízos irreparáveis estejam aí, para quem os quiser avaliar.

De momento, a filosofia imprimida no Ministério da Educação tranquiliza-nos pela competência e coerência demonstrada pelo Senhor MARCO MACIEL. A sociedade está sendo conclamada à participação, e, pessoalmente, como democrata que somos, acre-

ditamos que somente deste modo estaremos solucionando os problemas que mais afligem o setor; não nos poderemos esquecer, porém, de que são muitos esses problemas, e há que se ter uma certa dose de paciência até vermos todos atendidos.

Aliás, estamos hoje aqui nos pronunciando sobre um assunto da mais relevante importância, o qual encontra-se exatamente inserido nessa conjuntura: a Biblioteca. Esta preocupação que tomou contornos de proposta durante a campanha eleitoral de 1982 pelo então candidato JOSÉ RICHÁ, é uma das mais importantes bandeiras de luta da Secretaria de Educação durante todo este Governo Democrático no Paraná.

Seria desnecessário lembrar aqui as enormes dificuldades enfrentadas pelas Bibliotecas Públicas do Estado. Os acervos são pequenos, e constituídos de folhetos e publicações esporádicas; livros de largo interesse são poucos e muito utilizados. As verbas destinadas à aquisição de material bibliográfico embora aumente significativamente, não conseguem alcançar a inflação do mercado livreiro. Por outro lado, o elemento humano necessário ao atendimento nas bibliotecas nem sempre é em número condizente com essa necessidade, ou então não têm a qualificação desejável para o bom desempenho da função; somos favoráveis a que a habilitação em Biblioteconomia e Documentação deva ser requisito essencial para o pessoal envolvido nas tarefas técnicas e gerenciais das Bibliotecas.

É justamente no sentido de minorar estes problemas que a Secretaria de Estado da Educação, especificamente no tocante às Bibliotecas Escolares, a serem implantadas em todas as unidades da Rede Oficial, tem "centrado fogo". Este compromisso assumido durante a campanha eleitoral, além da elaboração do diagnóstico, gerou num projeto de Organização desta Biblioteca, destinado à ampliação das fontes e possibilidade de acesso do estudante à informação. O que se constatou foi que, com raras exceções, as Bibliotecas Escolares atualmente em atividades são desatualizadas, e o seu acervo é justamente aqueles livros inúteis doados pelos estudantes ou por outras pessoas, e que estavam tomando espaço em casa. Numa palavra, as Bibliotecas Escolares vêm-se transformando em verdadeiro entulhos pseudoculturais.

A implementação deste projeto da SEED, que se encontra em Brasília estagnado por falta de verbas federais para o setor, pode receber agora novo alento com a regulamentação da Emenda Calmon. Além disto, um futuro convênio a ser firmado com a Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), viabilizaria a médio prazo esta reivindicação.

Enquanto isto não se realiza, devido a indisponibilidade orçamentária, outras preocupações intimamente vinculadas à

questão das Bibliotecas, têm sido implementadas. Refiro-me ao Livro e às novas diretrizes adotadas, com relação a seleção, adoração e distribuição; seria bom aqui lembrar que a Lei do Livro Didático, da nossa autoria, e posteriormente regulamentada pelo Governador JOSÉ RICHÁ, foi recentemente exemplo para todo o País, com a criação pelo Presidente JOSÉ SARNEY do Programa Nacional do Livro Didático. Por outro lado, também o Projeto "Os Livros Criam Asas", já em plena execução, vem de encontro à preocupação de manter o contato sistemático entre o aluno e a literatura; neste caso, sacolas estantes com uma quantidade significativa de obras circulam temporariamente nas salas de aula, fornecendo obras atuais de interesse geral, o que em Bibliotecas Escolares o próprio acervo não permite. Aliás, abro um parêntese aqui, para resgatar o pioneirismo do Paraná e deste Poder às respostas democráticas que apresente para as questões educacionais: além da Lei do Livro Didático, que já referi, a Lei das Eleições Diretas para Diretores de Escolas Estaduais e o Programa de Transporte Escolar, representam inequivocamente grandes passos para a recuperação do tempo que a monarquia militar nos tomou.

É evidente que estamos aqui falando sobre projetos paliativos, diante da falta que a Biblioteca representa para a Educação. A importância do acesso à informação, para a coletividade e para o aluno, é primordial e incontestável; mas nós, na qualidade de membro da Comissão de Educação, sabemos que estas ações da Secretaria de Educação, demonstram que embora não tenha a curto prazo as soluções, está contornando a questão de modo dinâmico.

Pelo nosso lado, continuamos trabalhando incansavelmente, como até agora fizemos, pela questão educacional e tudo o que lhe está diretamente ligado. Ainda há duas semanas atrás estivemos na Capital Federal, em audiência no Ministério da Educação, onde entre outros assuntos foi abordado este da Biblioteca, tendo em vista o acesso que tivemos ao Diagnóstico da situação atual das Bibliotecas dos estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Graus e de Ensino Superior do Estado. Ficou-nos evidente que o problema terá a médio prazo uma solução satisfatória, pois consta das preocupações do Governo Federal.

Porém, como o problema vem-se arrastando há longos meses sem uma definição, estamos encaminhando hoje à Mesa um requerimento autorizando o Poder Executivo a destinar verba consignada no Orçamento Geral do Estado junto à Secretaria de Estado da Educação, visando a criação de Bibliotecas Escolares nas Unidades de ensino do Estado.

Por outro lado, tenho absoluta convicção de que a Semana Nacional do Livro e da

Biblioteca, que tão brilhantemente foi conduzida no nosso Estado, terá a esperada repercussão, sensibilizando autoridades e a sociedade para a importância do assunto".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Está encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

"Quase 200.000 hectares de terras férteis já foram alagadas pelas águas dos reservatórios das grandes usinas hidrelétricas. Milhares de famílias expulsas. Comunidades desarticuladas. Vidas em suspense, dissolução de recursos naturais. Agressão aos ecossistemas- VIOLENCIA, AGRESSÃO INACEITÁVEL.

Violência contra o homem, a natureza e a cultura; não há indenização que pague o impacto causado por mais um alagamento. Agora é a vez de Diamante do Norte, Paranavaí, Terra Rica, Santo Antônio do Caiuá, Inajá, Paranapanema, Itaguapé, Jardim Olinda e outros. As áreas atingidas pelo alagamento com o fechamento das comportas da Usina Rosana, no Rio Paranapanema, atingem 15.068 hectares. Dos quais 2.000 hectares de florestas correspondem a 7% da cobertura florestal do nosso Estado. Terras agricultáveis, com gado e indústrias de barro cozido.

É preciso que seja discutido exaustivamente o forte impacto que esta intervenção causará ao equilíbrio ecológico, ao econômico, ao social e à vida das pessoas que residem, trabalham e produzem nessas regiões.

É chegado o momento de reagir com firmeza aos decretos da ditadura.

Foi um deles que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, desrespeitando e desconsiderando o habitante e o seu meio, ignorando o seu suor ou o suor do seu trabalho; desprezando suas raízes e dando uma banana a futuro daqueles que acreditando no Paraná, no Governo e nas Leis, fixaram residência neste Estado e, ao lado da semente do produto, plantaram também, com muito sacrifício e amor, a semente dos seus sonhos, dos sonhos do bem-estar das suas famílias.

Vivemos época de Nova República. Vivemos a ante-fase da Assembléia Nacional Constituinte.

Condenamos, todos nós do PMDB, o restolho da ditadura.

Como poderemos, aliar as nossas teses de democracia e principalmente de participação popular, com respeito e acatamento a decretos ditatoriais que violentam o povo, ferem a autonomia dos Estados e ignoram que é a pessoa, o indivíduo, a principal e

mais sacrificada tese deste País?

Tancredo, dizia: antes da Assembléia Nacional constituinte é necessário varrer todo entulho ditatorial. Pregava o esquecimento do passado e a visão do futuro. Pergunto aos Senhores Deputados: qual será o nosso porvir, o futuro do nosso povo, com o Paraná inundado, transformado num grande lago, sem camponeses e sem produção.

Devemos assumir agora a postura de Estado Federativo, livre e soberano, ou continuaremos como cordeiros de helocausto, até que sejam concluídas as 57 usinas previstas e tenhamos alterado toda região geo-econômica formada pelas bacias dos nossos grandes rios, deixando submersas as terras produtivas do nosso Estado.

Senhores Deputados, cabe a nós, investidos da grave atribuição de representar os interesses da nossa gente, atender aos reclamos da população ameaçada pelo impacto das inundações. Não podemos nos deixar levar pelo canto da Sereia-- as promessas de royalties ou de reassentamentos em outras regiões - temos exemplo de sobra; - indenizações tardias ou inexistentes, o êxodo dos pequenos proprietários rurais expulsos que buscam as terras longínquas ou morrem no exílio em sua própria terra, pelas adversidades do clima e falta de condições mínimas de saúde e infra-estrutura.

Não podemos dizer amém à destruição - não precisamos de mais energia elétrica. Precisamos da nossa terra para trabalhar, produzir e comer.

Por que deve o Paraná sediar tantas usinas hidrelétricas?

Já não detemos sozinhos 28% do potencial elétrico do País?

Não basta reivindicar o ressarcimento dos prejuízos causados pela política energética projetada no Governo da Revolução. É urgente não aceitarmos, mas contestar e repudiar esta política. Somos responsáveis pelo nosso patrimônio natural e pelo destino da nossa gente; o momento é da maior gravidade. Nem sequer utilizamos o potencial da monstruosa Itaipu e continuamos a permitir que se construam novas usinas.

Não questionamos as formas alternativas de captação e transformação de energia e sua aplicabilidade.

A CESP, Centrais Elétricas de São Paulo, Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica de São Paulo, por delegação do Ministério das Minas e Energia, pretende construir a Usina Hidrelétrica "Rosana". Alega que "deve simplesmente executar a obra, não lhe competindo discutir razões de conveniência e oportunidade porque relacionada com o Plano Nacional de Energia". A construção seria, pois, fato consumado, e as alternativas técnicas para equacionar os problemas de impacto ambien-

tal, econômico e social estão, segundo a Empresa, sendo tratadas convenientemente.

Funcionários da Secretaria de Transportes e da COPEL, mantiveram contato inicial com o pessoal técnico da empresa, e, no dia 16.08.85, em Curitiba, a pedido da CESP, reuniram-se engenheiros, sociólogos, engenheiros florestais, biológicos e advogados com representantes da Secretaria dos Transportes, da COPEL e do ITCF.

Entre a informação que a CESP prestou, na ocasião, consta:

- No mês de fevereiro de 1986, iniciará a formação do reservatório;

- No mês de outubro de 1986, a CESP iniciará a 2ª etapa que vai alagar o restante;

- Entre os meses de setembro de 85 a janeiro de 86, deverá obter acordo amigável entre os proprietários ou ajuizar as ações de desapropriação com emissão provisória na posse;

- Indicou duas áreas consideradas "ainda aptas" à preservação da flora e da fauna regional, uma no Município de Diamante do Norte e outra no Município de Inajá;

Por que somos constrangidos a aceitar tal avaliação, em nossa própria terra?

- Vai propor um acordo para indenizar os proprietários e os que não concordarem com o preço oferecido, serão desapropriados nos termos da Lei.

Houve contestação da parte dos técnicos paranaenses que questionaram as premissas da CESP.

"O território do Estado do Paraná com a construção de Usinas Hidrelétricas, perdeu 195.850 hectares de terras e perderá até 1985, outros 168.420 hectares.

- Na Bacia do Rio Paranapanema, o Estado já perdeu 65.710 hectares e perderá com a Usina de Rosana, 13.068 hectares; com a Usina de Taquarussu, também projetada pela CESP, 4.090 hectares.

- Sem contar que o Rio Paraná perdeu 83.500 hectares, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu e perderá 114.200 hectares com a construção da Hidrelétrica de Ilha Grande.

- A situação é gravíssima e implica em firme posição do Governo e da comunidade.

- Com a construção de Hidrelétrica Rosana, mais uma vez o Governo do Paraná enfrentará o problema do reassentamento de ocupantes atingidos pela obra da CESP, enfrentará o problema da justa indenização oferecida aos proprietários com repercussão direta, sobre a economia e a sua receita tributária (na medida em que não será suficiente para augurar-lhes o desenvolvimento imediato das mesmas atividades) e consequências danosas à flora, à fauna e ao meio ambiente.

- O Poder Público pode expropriar bem particular, mas a constituição submete o

ato ao princípio da justa indenização, prévia, atual e em dinheiro (constituição Federal 153 §§ 22) e ao devido processo legal (Dec. Lei n. 3.365 de 1941, legislação complementar e Código de Processo Civil).

Pois bem. É elementar, para que se cumpra o preceito Constitucional, será indispensável que o Poder expropriante, em processo administrativo disponha do Decreto declaratório de Utilidade Pública. A CESP informou que obteria o Decreto até o mês de setembro do corrente ano.

Não obstante, já anunciou a realização da obra pública, fato público e notório.

- O anúncio oficioso da construção da hidrelétrica de Rosana, faz com que as terras a serem atingidas sejam desvalorizadas em relação ao valor de mercado.

Terras, no caso, de alto valor em circunstâncias normais que perdem o seu valor real diante da iminência do alagamento.

Por outro lado, embora a oferta inicial deva ser correspondente ao valor de mercado, a prática tem demonstrado não ser isso verdadeiro.

- No processo de desapropriação o Poder Público oferece em Juízo o valor da indenização apropriado mediante pesquisa de valores feita por seus técnicos, frequentemente desatualizada.

Mesmo assim, o desapropriado só poderá levantar 80% (oitenta por cento) do valor inicial oferecido. Os outros 20% (vinte por cento) são retidos em depósito judicial e somente serão liberados no final do processo, quando a sentença transitar em julgado e, após o processo de liquidação, houver o pagamento.

Isso tudo leva e acarreta despesas, sem contar que, no caso da CESP, as ações tramitarão perante a Justiça Federal cuja Seção Judiciária no Paraná, está estabelecida em Curitiba, ocasionando a necessidade de contratar advogado que milita na Capital.

- E a Justiça Federal no Paraná, embora não seja exceção no Brasil, é lenta no processamento das ações, congestionada com processos relativos à prestação da casa própria, executivos fiscais e ações que versam sobre indenização pleiteada por particulares contra o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

- Assim sendo, a CESP terá condições legais de propor acordos amigáveis ou Ações Judiciais até janeiro de 1986, pois em fevereiro iniciará a formação do reservatório com alagamento parcial da área, tornando a obra irrevogável.

- Os proprietários cujas atividades na região, predominantemente, da pecuária e agricultura, geradores de trabalho e riqueza, ficarão sujeitos a um "processo legal", causará reflexos embaraçosos a eles, aos ocupantes e à força de trabalho ali estruturada, de forma pacífica, até

agora".

Assim sugerem os técnicos paranaenses que participam do encontro:

1- MOVIMENTO destinado a obter a sustação do enchimento do reservatório da hidrelétrica Rosana;

2- Participação do Governo nas decisões que afetam o seu território;

3- Ampla discussão do problema envolvendo todos os interessados;

4- Presença de advogados do Estado, especialistas em desapropriação para orientar os proprietários.

Cumpra portanto, Senhores Deputados, que nos mobilizemos em apoio aos movimentos deflagrados pela população, ou correremos o risco de omissão grave contra os nossos contemporâneos e as gerações futuras que estarão pagando a dívida dos monstros de concreto, verdadeiros monumentos erguidos à insensibilidade e ao gosto dos ditadores.

Assim, pelas razões expostas e outras tantas memórias de triste registro, apelamos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que determine providências no sentido de que seja realizado, com a maior urgência possível, o INVENTÁRIO de impacto sócio-ambiental, na área a ser atingida com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica Rosana.

Julgamos ainda, ato de justiça, e coerente com as pregações do PMDB, em campanha, informar a população atingida pela iminência do impacto, sobre os seus direitos e a possibilidade que têm de mover ação popular para sustar o enchimento do reservatório da referida usina".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este era o primeiro assunto que trazia à apreciação dos meus nobres Pares.

O outro assunto não precisei escrever, porque escrito está na história do povo do meu Estado e na história dos meus contemporâneos brasileiros. Hoje no Paraná, e mais precisamente em Curitiba, os aliados dos assassinos, os aliados dos torturadores, os aliados dos invasores de lares, os aliados dos espancadores de professores e de assassinos de estudantes, se unem pelos rádios e pelas televisões para transmitir as mentiras mais abjetas contra o Governo participativo e democrático.

Causa-me espécie, até funcionários deste Poder, que viveram e conviveram com o regime de opressão, que conheceram mais de perto do que o operário do campo, ou mesmo o operário da fábrica, não saibam, ou façam vistas grossas, como se não soubessem que foi preciso o sacrifício de milhares de brasileiros para retomarmos o processo democrático neste País.

É impossível que não saibam e não se lembrem que foi o PMDB que abriu as portas do diálogo neste País, depois de muitos torturados, depois de muitos assassinados, depois de muitas agressões sofridas e de

multas injustiças recebidas.

Causa-me espécie que homens que ontem ocuparam funções públicas da maior relevância neste Estado, esqueçam que foi ele, o Governador do Estado do Paraná, que obrigou os professores do Paraná a trabalharem seis meses de graça, sem perceber um único centavo de salário; depois de terem sido aprovados num concurso público, trabalharam seis meses de graça e mais seis meses com o dinheiro do transporte coletivo.

Causa-me espécie que estes professores inclusive fizeram a greve chamada "tartaruga", e saíram correndo atrás deste mesmo Governador, chamando-o inclusive de palavras de baixo calão. A memória do povo é fraca demais para realmente lembrar que ele implantou uma política direcional no Paraná, das mais injustas e das mais desumanas que já tivemos notícias neste Estado.

Não são alegações, são fatos e está aí a história do passado para comprovar.

E hoje, este mesmo cidadão, utilizando-se das benesses adquiridas, no advento da tortura e da miséria, que implantou, ele junto com os outros neste País, vai mentir para o povo do Paraná e chamar o Governador que tem as portas abertas do seu Palácio para o povo e xingar o Prefeito que, pela primeira vez em vinte anos, faz reuniões com o povo e implantou o 156, para ouvir as queixas do povo.

Causa-me espécie que este homem tenha a desfaçatez de mentir tão descaradamente para o povo do Paraná.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o ano de 1982 foi de uma importância fundamental para este País. Nós, como Vossa Excelência, confiamos na memória do povo do Paraná e, especificamente na memória do povo de Curitiba.

Claro que em 1982 o povo fez um julgamento neste Estado. E não foram só representantes do PMDB que foram eleitos para as Câmaras Municipais, Prefeituras, Câmara Federal, Assembleia, porque o povo entendeu que aqueles que mereciam o crédito do Partido então no Poder mereciam também o voto popular, mas este mesmo povo, jogou e praticamente afastou temporariamente da vida pública, picaretas da Velha República, que Vossa Excelência qualifica muito no seu pronunciamento e hoje esses maus elementos distribuem-se em diversas frentes, esses líderes de papel, para tentar voltar desesperadamente ao poder.

Eles querem enganar a opinião pública. Cada qual se mandou para uma sigla, mas no geral a finalidade é uma só, eles querem vingar-se do povo do Paraná, que lhes impingiu uma grande derrota, em 1.982. E nós precisamos, usando desta tribuna, precisa-

mos dos mais diferentes contatos, lembrar à opinião pública do Estado do Paraná, e Vossa Excelência lembra de maneira muito correta, o que aconteceu num passado não muito distante neste País, porque estes mesmos elementos, estes mesmos caciques, que foram batidos, fragorosamente na urnas, estão tentando se reorganizar, com mentiras, com calúnias, violentando até os lares dos paranaenses, para voltar ao poder.

Daí, oportuníssima a sua participação nesta tribuna, coisa que lhe fica tão bem, já que Vossa Excelência expõe com muita propriedade a situação vivida no Estado do Paraná e no Brasil, nos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Ferrari Júnior e além de acrescentar, corrobora as afirmações feitas por nós neste momento.

Seria infantilidade, acreditar que Curitiba, cidade Peemedebista por tradição e por formação, por vocação e por idealismo, Curitiba, mesmo nos momentos mais difíceis da vida política brasileira, jamais deixou de respaldar as teses e as posições do então MDB, hoje fosse se deixar levar pelos cantos de sereira de um Prefeito do tabuleiro de xadrez estilizado, feito e desfeito e refeito e desfeito e refeito e desfeito à custa do dinheiro público.

Seria infantilidade pensar, que o povo de Curitiba fosse se deixar levar por um Prefeito que está aí a revista "Páginas do Paraná", permanentemente a denunciar um documento nunca refutado, as falcatruas praticadas pelo Senhor Jaime Lerner.

Seria muita ciancice, pensarmos todos nós, esse um Prefeito tendo na Presidência da República, um Presidente imposto à Nação, um Governador imposto ao Estado, um Prefeito imposto ao Município e neste Município ficasse a se desmandar de poder, durante oito anos, não fizesse pelo menos a arrumação da sua sala de visitas, mas e a cidade inteira que se multiplicou em favelas, em miséria e fome, em sub-nutrição, em desemprego e em crianças abandonadas.

Aonde está o resto desta Casa e este Prefeito falcatrueiro, mentiroso e galho-feiro. Aonde está o resto desta cidade, porque ele arrumou esta cidade, se multiplicou em número de favelas, esta cidade se multiplicou em número de crianças abandonadas, esta cidade se multiplicou em número de desempregados.

Tudo isso fruto de uma política econômica que este mesmo Prefeito serviu, bajulou e foi serviçal e subserviente.

Esta foi a herança nefasta que ele aplaudia e hoje vem às rádios e às televisões mentir ao povo, com a maior desfaçatez, como se nós todos fôssemos cegos ou não tivéssemos memória. Mas, dia 15 de novembro, com certeza, o povo de Curitiba

haverá de dizer, e de uma vez por todas, este passado de triste lembrança, este passado que nos deixou esta herança maldita de mais de 100 bilhões de dólares de dívida. Este passado que nos deixou a triste dívida social, e hoje, eles querem que em menos de três anos nós possamos resgatá-la. Eles que em 460 anos de vida deste País, 464 anos, devíamos menos que 4 bilhões de dólares, eles em vinte anos, endividaram em mais 97 bilhões de dólares, e hoje, nos cobram resultados! O resultado é a participação de todos nós, no diálogo, é a participação de todos nós num clima de liberdade, de podermos, irmãmente, discutirmos as questões sociais deste País, de discutirmos a fome e procurar minimizá-la, discutirmos o problema do desemprego e procurar solucioná-lo e não poderemos solucionar enquanto o Brasil ainda estiver atrelado ao Fundo Monetário Internacional, dívida, herança nefasta, tradição que herdamos para gáudio e glória dos PDSistas e dos PDTistas, que, hoje unidos, pretendemos voltar atrás, para poder desgracar a todos nós um pouquinho mais!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No horário das Lideranças Partidárias, consulto à Liderança do PMDB, se deseja utilizar do seu Horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Desejo, neste dia 5 de novembro, na antevéspera da eleição para a Capital e para os municípios de fronteiras, registrar dois fatos novos, na vida política e social do Estado do Paraná.

O primeiro, é o registro que faço da paralisação do professorado do Paraná, que cobra o Governo do Estado o cumprimento das promessas de 1982.

E o segundo, é a satisfação que tenho de ver a ilustrada Bancada do PMDB e do Governo, em peso nesta Casa, para cumprir com o seu mandamento constitucional de votar as matérias de interesse do povo paranaense.

Há tantos dias, os professores de um lado, avisavam o Governador e à Senhora Secretária da Educação: - "Cumpram o que prometeram, senão a classe do magistério irá às ruas"! Pedir o que? Aquilo que lhe foi prometido, escrito e assinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, então candidato a Governador, apenas cidadão José Richa, como, provavelmente, a partir de hoje, às 6,30 da tarde, o Governador José Richa gostará de ser chamado, de vez que ele se afasta, que ele deixa de

lado o exercício do seu cargo de Governador, para transformar-se no principal cabo eleitoral de seu candidato a Prefeito Municipal de Curitiba.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, que, lutar por um Partido em que nós temos compromisso, com o Partido e com a sociedade de nosso Estado, não é ser um cabo eleitoral, é apenas ser um homem que tem responsabilidade com o seu Estado e com a sua sociedade, principalmente com a Capital, porque esta preocupação, ilustre Deputado, eu também tenho, estou enganado na Campanha e sou um Deputado. E não é pelo fato de estar trabalhando para o nosso candidato do PMDB é que eu seja um cabo eleitoral. Mas, mesmo se fôsse, eu me sentiria feliz e orgulhoso, Deputado, porque respeito os cabos eleitorais, eles são gente como nós, são gente que trouxe Vossa Excelência para a Assembléia Legislativa do Estado, trabalhando como cabos eleitorais. Se Vossa Excelência desclassifica os cabos eleitorais, Vossa Excelência comete um grande pecado, porque eles também lhe deram a vitória, a vinda à Assembléia Legislativa do Estado. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - De Vossa Excelência não poderia esperar outro aparte. Como que fosse incompatível o exercício de um mandato Parlamentar com a arte de fazer política. Política se faz todos os dias como ciência e arte de bem servir o seu povo.

Se Vossa Excelência tem um mandato parlamentar registrado pelo seu Partido, Vossa Excelência em nenhum momento da sua vida, pode ser considerado incompatível com o exercício de seu mandato de Deputado Estadual. Como eu, eleito pela Oposição, surrado pelo atual Governo, sempre que possível, continuo na mesma posição. Respeito Vossa Excelência que é o Deputado governista, que tem aqui a sua missão de defender o seu Partido, como espero que Vossa Excelência no regime democrático, respeite os seus adversários políticos.

Não é se afastando do exercício do seu mandato popular, nem o Governador José Richa, se afastando do exercício do mandato mais alto do Estado do Paraná, de primeiro mandatário do Estado do Paraná, é que Sua Excelência terá melhores condições para exercer qualquer função na campanha política do seu candidato.

Não!

Sua Excelência o Governador do Estado é Governador do Estado eleito por 1 milhão e 800 mil paranaenses, de todos os rincões, da sua Cianorte, da nossa Colombo, de Piraquara, do Sudoeste, do Norte e ele não pode a pretexto de ajudar a sua campanha, no estertor do desespero, abandonar o



munus para o qual lhe foi confiado pelo voto paranaense, para dedicar-se apenas às funções de cabo eleitoral, por mais ilustre que seja o candidato, por mais importante que seja a campanha. Concedo aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Muito obrigado a Vossa Excelência. Eu achei interessante o aparte oferecido por Vossa Excelência ao Deputado Manfrinato. Quando ele diz que o PMDB está cumprindo a sua obrigação constitucional em apoiar o candidato de seu partido às eleições que vão ferir-se agora em 15 de novembro. Isto é mise-  
-enscène, quer dizer, é para efeito de platéia tão somente. Que a obrigação constitucional do Deputado e principalmente da Bancada do Governo nesta Casa são votar matérias importantíssimas para a coletividade paranaense. Isso nós não temos verificado na Bancada do PMDB, que sistematicamente tem se ausentado desta Casa, hoje está aí convocada para votar a licença do Senhor Governador, mas matérias importantíssimas como o Projeto de Lei 211/85, Mensagem Governamental 155/85, está aqui dormindo o sono dos justos na Ordem do Dia desta Casa, trata-se de uma suplementação de 120 bilhões de cruzeiros para o Instituto de Previdência do Estado, que agora está ameaçado de não poder mais internar seus doentes, de dar assistência ao funcionário do Estado, que desconta religiosamente a sua contribuição. Porque não é culpa do Governador José Richa, ele cumpriu seu dever, mas a Bancada do PMDB não o fez.

Enquanto o Senhor Governador licencia-se do cargo para entrar numa luta corpo a corpo, eu não entendi essa expressão, porque trata-se de uma campanha democrática, onde o eleitor conscientemente vai escolher seu candidato à Prefeitura Municipal de Curitiba, não uma luta de judô. Eu não entendi a expressão corpo a corpo. Enquanto ele se licencia para ir ao corpo ao corpo, o restaurante da Casa do Estudante Universitário hoje foi fechado, por falta de recursos, onde ele foi interno daquela Instituição. Ali ele também se alimentou ao tempo que foi estudante. Eu não entendo, nobre Deputado, esse licenciamento, não precisa o Governador descer da majestade de seu Poder para influenciar o eleitorado de Curitiba, que é consciente, que é culto, que é inteligente, que sabe na hora certa, saberá na hora certa fazer a melhor opção. Seja pelo candidato do PMDB, seja pelo do nosso partido ou os outros candidatos que aí estão.

Acho, como bem disse Vossa Excelência, que ele é Governador de oito milhões de paranaenses, não pode descer da majestade de seu cargo. E nenhum argumento me convence do contrário, para tentar influir no resultado de uma eleição, ou influenciar

pessoas com a força do poder que ele tem nas mãos.

Nos realmente estranhamos muito esse licenciamento, estranhamos também o comportamento da Bancada majoritária desta Casa. Está aqui, a Ordem do Dia tem, nunca vi tão volumosa como agora, porque a Bancada não tem cumprido com o seu dever. Hoje está aqui maciçamente porque recebeu ordens. Ordens, e aqui está para votar o licenciamento, mas não para votar matéria de interesse do povo e da coletividade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na sequência, permito aparte ao Deputado Basílio Zanusso. E gostaria de registrar também, aproveitando o aparte do Deputado Erondy Silvério, o desrespeito do Governador para com esse Poder, quando deixa de fornecer as informações solicitadas pela Oposição, no seu mister de fiscalização das atitudes governamentais. Quando Vossa Excelência Deputado Erondy, faz referência à Mensagem Governamental com relação ao IPE, desejo denunciar à Presidência da Assembleia e ao Plenário, e ao povo do Paraná, que o Governo do Estado não está respondendo os Pedidos de Informação solicitadas pela Oposição. Os 120 bilhões de cruzeiros de suplementação orçamentária para o IPE, eu sei para que será destinada, porque o Senhor Superintendente do IPE foi à Comissão de Constituição e Justiça, que não teve quórum naquela ocasião, e teve a gentileza de explicar ao Deputado Luiz Alberto, mas ao Plenário desta Casa que aprovou um Pedido de Informações, o Governo do Estado não respondeu.

Aliás, não é prática nova neste Governo que se diz democrático, e que quer ser transparente, e quando as denúncias aparecem, eles passam a ameaçar com processos aos seus adversários políticos.

Onde está a resposta do Pedido de Informação, com relação às microdestilarias? No maior escândalo administrativo que este Estado está vivendo? Onde está a resposta ao pedido de informações do Deputado Airton Cordeiro, com relação aos gastos excessivos, com despesas de publicidade e de promoção pessoal, de Sua Excelência o Governador José Richa, porque eu prefiro chamá-lo assim, em respeito à vontade popular expressa nas urnas de 1982, do que chamá-lo apenas, de cabo eleitoral José Richa.

Desejo, Senhores Parlamentares, que este Poder possa exercer as suas funções de fiscalização, e que nós Deputados, seja do Governo ou da Oposição, tenham as informações devidas, para que possam votar conscientemente as matérias de alto interesse do nosso Estado.

Se um Governo não cumpre a lei, se um Governo rasga a Constituição, este não é um Governo democrático, nem transparente, nem participativo, que prometia ser em 1982.

E é por isto que, na ante-véspera da eleição, Sua Excelência manda um Ofício à Assembléia, num golpe político eleitoral que haverá de ter a resposta nas urnas, no dia 15 de novembro. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa quer registrar a presença do Vice-Prefeito de São Mateus do Sul, Enéas Distéfano, bem como os Vereadores Argo Saiad, Adão Ferreira, e Mateus Severo Maciel.

Consulto à Liderança do PFL se deseja utilizar de seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para fazer uma colocação no sentido de posicionar a Bancada do Partido da Frente Liberal quanto ao requerimento pedindo licença, enviado pelo Sr. Governador do Estado a esta Casa. Nós, da Frente Liberal, deixamos claro que votaremos favoravelmente a este requerimento. Não faremos como o PMDB que não quer trazer a esta Casa o Secretário da Indústria e Comércio, Francisco Simeão, convocado por esta Plenária, e que até hoje não teve seu dia e hora marcados para aqui comparecer.

E vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é por falta de cobrança deste Deputado. Por inúmeras vezes, já estive nesta tribuna, e através de questões de ordem, solicitando fosse marcada a vinda do Secretário Francisco Simeão a esta Casa, e até agora não obtive resposta da Comissão Executiva.

Mas, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, para nós, não existe significado maior no pedido de licença do Governador José Richa.

Ele, de longa data já está em campanha em favor de seus candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito, de Curitiba. Logo, não passa de um ato demagógico, talvez num desespero de causa do PMDB tentando criar impacto na sua campanha já derrotada à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Numa hora crítica para o Estado do Paraná, onde em termos de administração, caberia ao Governador resolver o problema dos professores, dos sem-terra, o problema da Secretaria da Indústria e Comércio. Ele larga tudo e vai dizendo que larga a sua administração para fazer política pelo seu candidato à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Eu tenho a impressão que o Governador está um pouco intimidado, está preocupado com a iminência da derrota e por isto entra em desespero às vésperas da derrota na campanha. Ele vai tentar acertar a sua campanha eleitoral, a campanha dos seus candidatos em Curitiba, depois que tomou

conhecimento das pesquisas feitas pela própria Comunicação Social que dão a vitória a Jaime Lerner.

Sem dúvida alguma, é desespero, é desespero tão grande que, no horário do Tribunal Regional Eleitoral vê-se hoje e viu-se ontem, um cidadão de nome Nascimento, um simples membro da campanha do PDT-PFL, ser levado a prestar depoimentos mentirosos, tão mentirosos que pretendem fazer crer que foram publicados panfletos na Gráfica Leal, de Londrina, quando se sabe que essa gráfica é de um cidadão chamado Marroni, do PMDB de Londrina. Esse cidadão é o mesmo cidadão que está impugnando a entrada do Sr. Ângelo Simeão, irmão do Sr. Francisco Simeão, no PMDB local. Esse cidadão jamais faria qualquer trabalho contra o seu Partido, mas o PMDB esta hoje no seu desespero, tentando jogar lama nos outros Partidos políticos.

Nós da Frente Liberal, vamos votar favoravelmente a essa licença do Governador José Richa, mesmo sem entendermos, mesmo sem compreendermos, de vez que ele já está de longa data na campanha.

Concedo aparte, inicialmente, ao Deputado Airtton Cordeiro.

O Sr. Airtton Cordeiro - Ilustre Deputado

Ivan Gubert, confesso que gostaria de discutir a comunicação que eu tomo conhecimento e não passa de uma comunicação do Governador, informando a Casa acerca do seu licenciamento, mas também não tenho certeza se esta matéria vai ser discutida ou não pelo Plenário deste Poder, e consequentemente, se esta matéria vai ser votada ou não por este Poder, dados os termos em que o Governador manda esta sua informação à Assembléia Legislativa.

Como já estamos acostumados ao desapeço do Governador José Richa para com a Assembléia Legislativa do Paraná, e se algum apeço ela já teve por este Poder, ele jogou este apeço na primeira lata de lixo que encontrou, eu vou me permitir tomar alguns instantes do pronunciamento de Vossa Excelência.

Todos nós sabemos que o Governador José Richa motiva o seu licenciamento para se transformar de fato e de direito num cabo eleitoral do PMDB. Usou até agora, despidoradamente, a máquina administrativa do Estado, para fazer a campanha dos seus candidatos em Curitiba, e nos municípios de fronteira. Passou a ser acusado pela televisão, pela Oposição e aqueles que se esqueceram do convívio com a crítica e com a denúncia, estranharam. Mas como é que agora tantas acusações são feitas contra o Governo do PMDB. Fácil de explicar, Deputado Ivan Gubert. Aí estão os meios de comunicação abertos para que a Oposição possa dizer o que sente e o que tem a dizer.

Ainda hoje uma pessoa me procurava neste Gabinete, desta Assembléia Legisla-

tiva, e se dizia espantada: Mas como, o Secretário da Indústria e do Comércio deve tanto à sociedade como tem sido denunciado?

E eu disse: Deve. E a Assembléia já denunciou isto há quase dois anos e o povo não tomou conhecimento pela manipulação através do poder econômico do Governo junto aos veículos que poderiam levar à opinião pública deste Estado esta informação.

Deveria então o Governador José Richa antes de recorrer à justiça, ou paralelamente a isso Deputado Ivan Gubert, deveria dizer à opinião pública do Paraná, desmentir os seus acusadores que ele assim entende, deveria explicar melhor ao Paraná o trambique dos dólares, a compra e a venda de aviões, o uso dos aviões do Governo do Estado. Nós mesmo apresentamos um relatório da Casa Militar em que o Presidente do PMDB foi a Araraquara, no Estado de São Paulo, apesar de um ofício do Chefe da Casa Civil informar que ele ia ao Norte do Paraná.

Deveria explicar ao Paraná a aplicação de 25 bilhões de cruzeiros, dinheiro bom do BANESTADO, no falido Brasinvest. Deveria explicar ao Paraná realmente o que deve a sociedade o Sr. Francisco Simeão, sócio ou ex-sócio do Governador, mas moralmente a vinculação é indissolúvel.

Deveria explicar o Governador José Richa esta escandalosa concorrência pública para a construção do sistema de abastecimento de água de Londrina e de Cambé. Não nos deu nenhuma explicação. Fugiu das explicações. Está em dívida com o povo do Paraná e tem a petulância, Deputado Ivan Gubert, de ir à televisão no dia de ontem e dizer que o passado está se unindo contra o PMDB.

Nada mais neste País representa o passado do que o Sr. José Sarney, Presidente dos olhos do Sr. Richa. Ninguém representa mais o passado neste País do que o Sr. José Sarney, companheiro de última hora de Richa e do PMDB.

E onde é que está o Sr. José Sarney, senão no PMDB. Onde é que esteve até ontem conduzindo um partido político pelas mãos do Planalto. Naquela época o Sarney não prestava. Hoje é alisado pelo Governador do Paraná. É requisitado pelo PMDB para fazer campanha pelo seu partido, incoerência de uma memória curta que o Governador tem provado ter.

Então, Deputado Ivan Gubert, o povo do Paraná está enxergando, felizmente. Estamos voltando do Oeste do Estado e as previsões do Governador de que vai fazer 13 pontos na Loteria Esportiva são completamente equivocadas. Ele vai ter a resposta no dia 15 de novembro, a começar por Curitiba, porque está é a cidade onde está uma grande massa de jovens nas universidades. E nós queremos esses universitários engajados numa linha mais correta de pensamen-

to político.

(Várias solicitações de apartes, interrompem, Deputado Airton Cordeiro).

Então eu gostaria, Deputado Ivan Gubert, pergunto a Vossa Excelência se posso continuar.

O SR. IVAN GUBERT - Sim.

O Sr. Airton Cordeiro - Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, Deputado Ivan Gubert, que frustrado ...  
(Novamente é interrompido).

O Sr. Airton Cordeiro - Sr. Presidente, eu apelo a Vossa Excelência para que haja respeito. Quero também que Vossa Excelência se coloque como Presidente da Assembléia, e não como Presidente do PMDB.

O SR. PRESIDENTE(Nilso Sguarezi) - A palavra está assegurada a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. IVAN GUBERT - Deputado Manfrinato, eu concederei apartes na hora em que o Deputado Airton Cordeiro concluir. Tem ainda o Deputado Basílio Zanusso, na devida ordem concederei os apartes solicitados.

O Sr. Airton Cordeiro - Agradeço a liberalidade de Vossa Excelência. E eu entendo, Deputado Ivan Gubert, que a verdade machuca, a verdade realmente dói. Mas nós, Deputado Ivan Gubert, nós Parlamentares que ouvimos as nossas bases, que andamos por este Paraná, que conversamos com o povo do Paraná, nós sabemos que o Povo do Paraná está saturado das pregações mentirosas do PMDB.

Veja Vossa Excelência, Deputado Ivan Gubert, em 1982, o discurso do PMDB era para que "na panela vazia do povo entrasse a comida para matar sua fome"; em 82 dizia o PMDB, Deputado Ivan Gubert, que faltava emprego para os trabalhadores desempregados.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem).

Parece-nos que o PDS já usou o seu horário regimental e regular, e o Regimento Interno diz que, os apartes devem ser breves, e não discursos paralelos.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Respondendo à Questão de Ordem de Vossa Excelência:

O Partido da Frente Liberal apenas ocupou 12 minutos, e 35 segundos.

Com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

(Após assegurada a palavra ao orador

que se encontra na tribuna).

O Sr. Airton Cordeiro - Estou inscrito no aparte, vou concluir.

Nós teremos ainda muito tempo para discutir, aliás, estamos discutindo nos palanques públicos sem nenhum medo de qualquer intimidação, não há atitude do Governo que possa nos intimidar, não dependemos em nada, do Governo. Mas eu quero dizer o seguinte, para concluir, Deputado Ivan Gubert:

O discurso do PMDB se exauriu, o discurso do PMDB se esgotou, tanto é, que está difícil fazer a campanha! Porque eles não conseguiram realizar nada, neste Governo, nem no Interior e nem em Curitiba! Eles se esgotaram por completo, mentiram tanto, que não têm mais o que inventar, para mentir!

Então, Deputado Ivan Gubert, quando o Governador José Richa se transforma de fato e de direito, no cabo eleitoral do PMDB, 'ele demorou muito', para respeitar o povo do Paraná, demorou muito para fazer valer a sua autoridade de Magistrado - esta, ele não tem!

E mais ainda, Deputado Ivan Gubert, como é que se equivocam os peemedebistas, quando dizem que o Sr. Richa foi eleito por quase 2 milhões de paranaenses?!

Ele não é o Governador do PMDB! Ele é Governador do Paraná!

(Tumulto).

Mas, não sabe cumprir o seu papel, porque não tem grandeza política e porque se esqueceu da democracia que pregou!

Muito Obrigado.

O SR. IVAN GUBERT - Sr. Presidente, peço-lhe que me assegure a palavra.

Sr. Presidente, o PMDB, lamentavelmente não sabe ouvir. É preciso entender que, democracia é, também, ouvir, Deputado Sérgio Spada, Deputado Tadeu França, Deputado Tadeu Lúcio Machado, democracia é, também, ouvir! Vossa Excelência devem aprender a ouvir as verdades! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Comunico a Vossa Excelência, que o tempo das Lideranças é improrrogável.

Consulto à Liderança do PDT, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado? (Ausente).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. DTL/99/85, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 5 até o dia 18 do corrente mês, se afastará das funções de Go-

vernador do Estado, em cujo período tais funções serão exercidas pelo Senhor Vice-Governador. Aprovado.

Sobre este ofício, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do Governo e do PMDB, constante do expediente, solicitando seja submetido à apreciação desta Assembléia o comunicado de afastamento do Senhor Governador do Estado. Aprovado. Está em votação o Ofício n. 99/85.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse à Casa, preliminarmente, se esta comunicação do Governador, se este Ofício do Primeiro Mandatário do Estado do Paraná, foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça, para analisar os termos da comunicação do Governador do Estado. Pois que nós sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Constituição Estadual estabelece nos seus artigos 16 e 40, a obrigatoriedade da Assembléia pronunciar-se a respeito dos pedidos de afastamento do Governador do Estado, por mais de 15 dias ou para fora do país.

Como não se trata desse caso, porque Sua Excelência o Governador, pretendendo driblar a opinião pública do Paraná, pretendendo iludir o povo paranaense, pede o afastamento na antevéspera da eleição, por dias.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Solicito a Vossa Excelência que apresente as suas argumentações.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vou concluir, Senhor Presidente, para perguntar se a CCJ foi ouvida a respeito da comunicação do Governador. E mais, se Vossa Excelência declinar ou Vossa Excelência, na condição de Presidente da Assembléia Legislativa do Poder Legislativo, ou se o Líder do Governo pode declinar, quais são as consequências do afastamento do Governador com relação às vantagens diretas e indiretas que Sua Excelência percebe no exercício do cargo de Governador?

Qualquer Deputado Estadual para licenciar-se por tratamento de saúde ou para assunto particular, tem que ter o seu pedido analisado e votado por esta Casa. Não basta, simplesmente, uma comunicação de vontade de um Parlamentar, de um mandatário do povo paranaense na Assembléia. Se este raciocínio é correto com relação aos Deputados, muito mais correto é com relação ao Mandatário Primeiro do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa informa a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - A Mesa vai informar as questões de or-

dem.

A Mesa entende que o praxe na Assembléia não tem sido de ser ouvida a CCJ para Parecer, muito menos para licença dos Senhores Deputados. A praxe na Casa tem sido de que, um puro e simples requerimento, um pedido de licença é apreciado pelo Plenário. Essa tem sido a praxe na Casa. Quanto ao pedido, ele não se enquadra no artigo 22 de que é competência exclusiva da Assembléia, porque não é uma licença superior a quinze dias nem para se afastar do país. Portanto, a Mesa não vê nada em prejuízo em atender o pedido do Deputado Caíto Quintana, de que o requerimento seja votado. Porque esta tem sido a praxe da Casa. Coloco o requerimento em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO. Pela ordem - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Solicito de Vossa Excelência os termos em que o Governador coloca esta questão para a Assembléia Legislativa. Os termos do seu documento encaminhado a este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa já leu, mas solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda novamente a leitura do requerimento.

(O Senhor 1.º Secretário lê o referido requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA Pela ordem - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela ordem - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência decidiu a questão de ordem que levantei com base no Artigo 22 da Constituição Estadual. Pois bem. Levanto agora a Vossa Excelência, para apreciação da presidência do Poder Fiscalizatório do Estado do Paraná, o disposto no Artigo 46, combinado com o Artigo 44, que estabelece que "O Governador e o Vice-Governador não poderão ausentar-se do País por qualquer tempo, ou do Estado por mais de quinze dias consecutivos, sem autorização da Assembléia Legislativa, sob pena de perda do cargo".

Ora, é evidente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que a Constituição quer se referir, quando fala "por mais de quinze dias" as viagens fora do Estado do Paraná e para o Exterior. Como se trata de

menos de quinze dias, porque a eleição é dia 15 de novembro. e no Paraná, é evidente que Sua Excelência precisa ter o seu pedido de licença apreciado pelos eminentes Deputados desta Casa. Não está se pedindo nada mais do que se cumpra a Constituição, de que se respeite a vontade popular que o elegeu Parlamentar a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa acredita estar interpretando corretamente, baseando-se na praxe regimental de que não há necessidade da Comissão de Constituição e Justiça ser ouvida.

Coloco o requerimento em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para encaminhar - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, apesar de ter uma fotocópia do Governador encaminhado a Vossa Excelência, solicitei que Vossa Excelência determinasse a leitura do teor deste ofício, para que todos os Parlamentares também tomassem conhecimento dos termos em que o Governador se dirige à Assembléia Legislativa.

Chamo a atenção de Vossa Excelência, e dos Senhores Deputados, para a forma como o Governador coloca a sua licença, comunicando pura e simplesmente. Não pede licença para a Assembléia Legislativa. Comunica que se licencia de cinco a dezoito do corrente.

Então, Senhor Presidente, lendo, interpretando o ofício do Governador, salvo melhor juízo, a impressão que eu tenho é que, votando esta matéria, o Plenário da Assembléia Legislativa passa um atestado de falta de compreensão do que está escrito aqui. Inclusive, o Governador não se dirige à Assembléia pedindo permissão para se licenciar. Ele se dirige à Assembléia comunicando que se licencia de 05 a 18 de novembro do mês corrente. Quem comunica, não pede. Quem comunica, não solicita. Quem comunica apenas diz - farei isto porque entendo que estou fazendo pelo livre arbítrio.

Então, Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência atentasse muito bem para os termos deste Ofício do Governador, dirigido a Vossa Excelência, antes de submeter esta matéria à votação do Plenário. É simples comunicação e vou mais além, e é o meu posicionamento pessoal, entendo que, neste caso, é o lado de vontade unilateral do Governador. Eu nem condeno o Governador por comunicar, mas eu acho que nós não podemos passar este atestado, de votar uma matéria que não existe, porque quem comunica não precisa de votação. Quem comunica apenas participa o que está fazendo.

Sem saber qual é a decisão de Vossa Excelência. eu quero informar que eu me re-

cuso a participar desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa não pode responder ao nobre Deputado, porque ele encaminhou a votação, todavia a Mesa quer chamar a atenção do Plenário que o Ofício começa com a seguinte expressão: "Para os devidos fins ..."

A Presidência entende que neste devidos fins, cabe a apreciação a este Poder, que é o Poder fiscalizador do Executivo, razão porque a Presidência atende o pedido da Liderança do PMDB e coloca o requerimento em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA- Para encaminhar Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à polêmica, eu mesmo ouvi diversas vezes pela televisão, acusações ao Governo do Estado do Paraná, de que estaria usando a máquina administrativa, o seu tempo como Governador, para fazer campanha do candidato do PMDB à Prefeitura de Curitiba.

Quem acompanhou os passos do Governador José Richa, sabe que a participação do Governador em dias anteriores, foi às cinco, seis horas da manhã nos terminais de ônibus, foi após o horário de expediente do Palácio Iguazu, para que exatamente naquele instante em que ele foi eleito pelo povo do Paraná para governar o Paraná, ele tivesse lá recebendo e despachando pedidos de seus companheiros e de seus adversários políticos.

Sabe o Paraná da imparcialidade que o Governador José Richa se portou até o presente momento na condução da política da Capital e das áreas de segurança nacional.

Mas o que é incrível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que os mesmos que acusavam que o Governador José Richa deveria pedir licença, são os mesmos que agora tentam obstruir a licença que o Governo pretende pedir, são os mesmos que não querem que o Governo peça licença, são os mesmos que inconformados, acham que o Governador não poderia sair a campo.

Em primeiro lugar, o Governador José Richa, é o Governador de todos os paranaenses, mas foi eleito pelos votos dos peemedebistas do Paraná, que foram majoritários no ano de 1982, e têm como homem de partido, que na sua função de filiado ao PMDB, entrar sim na campanha do seu Partido, não como Governador, mas como membro deste Partido, para isso que licenciasse o Governador do Estado, para que o Vice assumia, e ele readquiria a sua condição de cidadão comum, de filiado ao Partido e fazer se quiser a campanha política.

De resto, Senhor Presidente. Senhores Deputados, o que diz a Constituição no seu Artigo 22 - Em nada de que o Governador do Estado necessita ter autorização da Assembleia Legislativa, é omissa.

O que diz no Artigo 46 - também a mes-

ma coisa é omissa.

O Governador está correto ao pedir, ao comunicar que estará se licenciando do Governo num período de treze dias, está comunicando esta Casa, assumirá o Vice-Governador e o Governador está desimpedido para fazer nesses treze dias o seu trabalho de cidadão. Mas o que quer a Bancada do PMDB, esta própria Constituição não faz parte da Constituição pregada pelo País, da Constituinte que nós queremos, aonde este próprio Poder seja restabelecido na sua plenitude, aonde o Legislativo tenha novamente em suas mãos as prerrogativas que lhe foram cassadas pelos Governos anteriores, aonde o Legislativo seja participante como um Poder nas decisões dos outros órgãos.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, que sem a necessidade de submeter à apreciação desta Casa, mas como um novo tempo que queremos para o nosso País, o novo tempo que queremos para o Legislativo, estamos requerendo, em nome da Bancada majoritária do PMDB, que a comunicação do Governador a esta Casa seja submetida ao Plenário, para que as Bancadas do PMDB, do PDS, da Frente, do PTB, do PDT, possam se manifestar a respeito deste pedido, possam votar a favor ou contra, como bem quiser. É a autora da Nova República que não é entendida por muitos e muitos que sustentaram a ditadura, que sustentaram o autoritarismo, que cassaram os poderes do Legislativo, e hoje, se surpreendem com a iniciativa de nossa Bancada, que pretende colocar a comunicação do Governador à apreciação desta Casa de Leis.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados; está aí o requerimento. a comunicação da forma como a Constituição pede, mas já está aí o Requerimento da Liderança do PMDB, pedindo que a Assembleia Legislativa, que o Poder Legislativo seja participe nestes atos de importância para a vida da Nação, e que comece, aqui no Paraná, a reestabelecer as suas prerrogativas, a participar das decisões que são necessárias para reencontrarmos os rumos e o futuro da nossa Nação.

É por isso, Senhor Presidente, é por isso, Senhor Deputados, embora cause espécie em alguns que manifestam, publicamente, que votarão contra, pois que votem, e depois não usem como têm usado, nos horários da Justiça Eleitoral, os seus pronunciamentos, para falar do afastamento do Governador José Richa, porque ele sairá conforme manda a constituição, mas, sairá também com o respaldo de mais de 51% dos Parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana.



O SR. SÉRGIO SPADA - (Pela ordem) - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente nos causa estranheza a reação, principalmente da Bancada do PDS, principalmente do Presidente do PDS nesta Casa, que, ao ver este gesto de grandeza do nosso Governador do Estado, e de coragem da bancada do PMDB, nesta Casa, que submete o pedido de licença do Governador, por 15 dias, para participar, ninguém nega isto, da campanha que está acontecendo em Curitiba e nos Municípios de área de Segurança Nacional.

O PMDB é um Partido sério, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tanto é que, como bem falou o nosso Líder, há poucos instantes, desta Tribuna, o nosso Governador do Estado, para não dar pretextos e para ser coerente com os compromissos que tem com o povo paranaense, fazia campanha para o nosso candidato a Prefeito de Curitiba, das 6 às 8 da manhã, nos terminais de ônibus, trabalhava durante o dia e somente voltava ao trabalho político, após o encerramento do expediente normal de Governador, no Palácio Iguazu. Tivemos a participação, sim do Governador, nas áreas de segurança nacional, ele esteve nos nossos Municípios. Esteve lá sim, no final de semana, após o expediente, enquanto no horário normal de expediente de trabalho ele prestava serviços à nossa comunidade, à nossa região.

Portanto, bons tempos são estes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que um Governador do Estado, ao contrário do Senhor Ney Braga, se licencia do cargo, para não usar a máquina em favor de seu candidato, como é que está acontecendo hoje com o nosso Governador do Estado.

Governador que está dando provas, e as pesquisas têm demonstrado que é o Governador mais popular de toda a Federação, que é um homem que não abandona e nem esquece o seu partido, que é um homem que se preocupa em eleger os seus companheiros, mas de forma democrática e com lisura total.

Que bom se acontecesse isso outrora com o PDS e que acontecesse ainda hoje, com o PDS.

O Governador José Richa está se licenciando para participar da campanha dos nossos candidatos, na Capital e nas áreas de Segurança Nacional. O nosso candidato a Prefeito de Curitiba, Roberto Requião, se licenciou do cargo de Deputado, inclusive perdendo os vencimentos, para fazer sua campanha de Prefeito da Cidade de Curitiba.

ba? E eu vos pergunto: o Deputado Tércio Albuquerque, candidato pelo PDS na cidade de Foz do Iguaçu, se licenciou do cargo.

Aí está a demonstração clara e evidente de que o PDS com seu histerismo, demonstrado aqui, na televisão, nos comícios, tem sido repudiado cada vez mais pela população paranaense. E, uma das provas são as pesquisas efetuadas em Curitiba, onde seu candidato nem mais aparece nas consultas feitas a população.

Portanto, o PMDB, quer queira, quer goste, quer não goste o PDS, continuará com esta marcha inexorável rumo à plena democracia neste nosso Paraná e neste nosso Brasil.

E José Richa, nosso Governador, hoje dá mais uma vez uma demonstração de coerência, seriedade. E é por isso, por esses atos, que o Governador José Richa é, sem sombra de dúvida, um grande Líder nacional, hoje, para orgulho dos paranaenses. (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Augusto Carneiro, que já havia solicitado anteriormente.

O SR. TADEU FRANÇA - Para encaminhar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Para encaminhar.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nobres Deputados.

Já na Tribuna, ouvimos a palavra do Líder da minha Bancada, com as ponderações que fez, que a Bancada da Frente Liberal votaria, como votará favoravelmente a esse requerimento.

Porém, quero registrar, nesta hora, e fazer uma declaração de voto, registrando a minha estranheza, da forma como foi redigido o presente requerimento, porque, na verdade, não sabemos se é um requerimento em que Sua Excelência o Governador pede autorização a este Poder para se afastar do Governo durante 13 dias, ou, na verdade, Sua Excelência está apenas se limitando a comunicar a este Poder. E, da forma como está redigido este requerimento endereçado a esta Casa, nos prova e nos mostra, mais uma vez, a indefinição que tem tido Sua Excelência, o Governador do Paraná, ou, pelo menos, a falta de assessoria capaz que este governo tem tido, pois, em caso contrário, este requerimento deveria ser redigido em termos claros, preenchendo, sem dúvida nenhuma, a Constituição deste Estado, para que nós, aqui também, pudéssemos nos conduzir de uma forma inequívoca, sabendo perfeitamente o que estávamos votando: se é concedendo uma au-

torização ou apenas tomando ciência de que Sua Excelência quer se afastar.

Estranho também, Senhor Presidente e Senhores Deputados. porque no meu entendimento pessoal, não vejo nenhuma razão para que um Governador de Estado ou o Presidente de Uma Nação ou um prefeito de um Município se afaste de seu cargo administrativo, para que ele possa participar de um processo político, pois todos nós sabemos que um Governador do Estado, na hora em que assume o Comando Administrativo do Estado, assume também o comando político do Partido que o elegeu, e não vejo nenhuma razão para que ele pudesse se afastar porque mesmo em licença, Sua Excelência, é Governador do Paraná, e é o responsável por tudo que acontecer no Governo.

Se ainda houve uso indevido da máquina administrativa, ele será punido, chamado à responsabilidade por todos nós. Por isso não vejo que isso seja necessário. Porém, não cabe a nós, ditar a vontade do Governador, se a vontade dele é fazer política fora da responsabilidade administrativa do Estado, que assim seja. Nós votaremos favoravelmente. Porém, ficaremos sempre atentos, atentos porque mesmo fora, ele é Governador deste Estado, e, conseqüentemente, o responsável por tudo que ocorrer. E ainda registro também a minha indagação: Porque será que apenas o Governador quer sair para fazer campanha, quando ele tem direito de fazer a toda hora e a todo instante? Ou será que ele quer fugir às responsabilidades administrativas que pesam sobre o Paraná nesta hora? Será que ele quer fugir das responsabilidades, dos problemas que o Paraná atravessa agora. Da crise das greves que aí estão, do problema de Secretário de Estado sendo acusado por rede de televisão? Este é um problema que também não cabe a nós analisar agora. É uma dúvida apenas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mas nós, votaremos com a vontade do Governador, porque entendemos que se ele quer ficar fora da responsabilidade do Governo, que fique. Nós votaremos sim, mas continuaremos atentos na nossa posição.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Para encaminhar, com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, eu estaria propenso a me abster de votar. Não que eu fosse contrário à licença do Senhor Governador. É um direito que assiste ao Governador como pessoa jurídica, como Governador deste Estado, a tomar o caminho que melhor lhe aprover nas proximidades desta eleição.

Acho que eu, no lugar de Vossa Excelência, aporia apenas um despacho a esse ofício do Senhor Governador, "anote-se e archive-se". Mais nada. Estou em tese e em número com o nobre Deputado Airton Cordeiro. Entretanto, Senhor Presidente, eu vou votar favoravelmente ao requerimento. Uma homenagem ao nobre Deputado Sérgio Spada, cujo discurso foi realmente comovente. Palavras repassadas de sabedoria. Um dos melhores discursos ao qual assisti nesta Casa. Sua Excelência realmente me convenceu. Convenço porque foram palavras repassadas de ternura, de carinho. O Senhor Governador José Richa deve mandar buscar as notas taquigráficas deste discurso, para guardá-las como recordação de um correligionário leal, fiel; sumamente partidário.

Então como uma homenagem ao nobre Deputado Sérgio Spada, pela sabedoria de suas colocações, eu votarei favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação o requerimento.  
APROVADO.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- (Pela Ordem)-  
Consulto Vossa Excelência se Vossa Excelência vai colocar o pedido do Deputado Líder do Governo, em votação, ou o Pedido de licença do Governador, tendo em vista que há um requerimento do Deputado Caíto Quintana, solicitando que a comunicação do Governador seja votada por esse Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa esclarece a Vossa Excelência.  
Vossa Excelência não deve ter percebido; eu coloquei em votação o requerimento do Deputado inicialmente. É esse requerimento que foi aprovado. Vou colocar agora, em função deste resultado, em votação o ofício do Governador.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- (Pela Ordem)-  
Para registrar o voto contrário deste Deputado com relação a requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação o Ofício n. 99/85. APROVADO.

O Sr. Paulo Furiatti- (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito que seja consignado em votação que foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa fará consignar  
Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário

da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Emenda ao Projeto de Lei n. 383/84, de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia filho, devidamente apoiada, constante do expediente de sessão anterior. À Diretoria Legislativa, para juntar ao projeto referido.

Projeto de Lei Complementar de autoria dos Senhores Deputados Djalma de Almeida César, Mário Pereira e Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Edmar Luiz Costa, Djalma de Almeida César, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando que o expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de novembro do corrente ano, seja em homenagem póstuma ao ex-Deputado Francisco Sady de Brito, falecido no dia 5 de novembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n. 211/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao vigente orçamento do IPE, e n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, ambos em regime de urgência, na Ordem do Dia. aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência pode anunciar...

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa fará a leitura na íntegra do Requerimento. (Lê requerimento solicitado).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Por uma questão de ordem, Senhor Presidente, eu consulto à Mesa, se há resposta ao pedido de informação aprovado por este Plenário, à Secretaria da Administração, com relação à Mensagem Governamental que abre crédito especial de cento e vinte bilhões de cruzeiros ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná. E em que data a Mesa Executiva da Assembléia cumpriu o Mandamento Constitucional, de requerer as informações aprovadas por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa informa a Vossa Excelência que a praxe desta Presidência tem sido, tão logo receba os pedidos de informação, ou os expedientes que venham à Casa, os que tem passado, inclusive, na via original, aos Senhores Deputados, como todos tem recebido.

Quanto à questão da data, esta Presidência não tem, no momento, condições de lhe informar, mas, tão logo o tenha, lhe passará a informação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, ainda, Senhor Presidente.

Eu desejo declarar a este Plenário, e denunciar ao povo do Paraná, que o Poder Executivo não vem cumprindo os prazos estabelecidos na Constituição, de 30 dias para a resposta aos pedidos de informação.

Eu mesmo fiz a solicitação, para que o Secretário da Administração estivesse na Comissão de constituição e Justiça, para esclarecer este assunto.

Estou devidamente informado, porque Sua Excelência, o Senhor Superintendente do IPE, deu as informações particulares a este Parlamentar.

Importante que não houve quórum, mas, desejo, denunciar a Vossa Excelência que não está sendo cumprida a Constituição, e nem o Regimento Interno, antes que votemos esta matéria, para que Vossa Excelência na condição de Presidente da Casa tome as providências devidas, com relação aos pedidos de informação aprovados por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa tomará as providências que Vossa Excelência requer.

Está em votação o requerimento. APROVADO.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei n.s. 211/85 e 212/85, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 211/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 155/85), que autoriza o Poder Executivo, abrir créditos suplementares até o limite de CR\$ 120.504.445.000 (cento e vinte bilhões, quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do IPE, destinados a cobrir despesas com Pessoal, Custeio e Capital. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem).  
Eu solicito de Vossa Excelência, que informe a esta Casa em que sessão este projeto entrou em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Entrou em pauta nos dias 16 de outubro, 17 de outubro e 21 de outubro.

Em Votação: Aprovado.

3ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 212/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 156/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de CR\$ 41.124.000.000 (quarenta e um bilhões, cento e vinte e quatro milhões de cruzeiros) alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha-FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7811, de 29.12.83, com alterações da Lei n. 8067, de 28.12.84, vigentes em 30.04.85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, e SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Emenda substitutiva ao Substitutivo Geral de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério.

(Lê a emenda).

Em votação a Emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar.  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminho à votação dessa matéria, inicialmente fazendo um apelo, primeiro ao nobre Líder da Bancada Majoritária desta Casa, Deputado Caíto Quintana, depois extensivo esse apelo a todos os componentes da Bancada do PMDB.

Em 1983, em período extraordinário, convocado pelo Senhor Governador José Richa, esta Casa apreciou Mensagem, que, aprovada, tomou o n. de Lei 7811, ao apagar das luzes do ano de 1983.

Essa matéria continha uma série de distorções. Uma matéria de suma importância não só para o Estado, mas como para o Paraná, votada às pressas, e que hoje os efeitos maléficos, já se fazem sentir sobre a população do Estado.

Foi nesta mesma Mensagem que esta Casa autorizou a aplicação da correção monetária sobre todos os débitos devidos ao Tesouro do Estado, e que se constituiu num monstro de tal grandeza que vem preocupando o próprio Governo do Estado pelos efeitos maléficos que ela produziu sobre a pequena e média empresa paranaense.

Felizmente, em boa hora, o Senhor Governador do Estado acordou para o seu engano e já anunciou o envio a esta Casa de Mensagem corrigindo a distorção. Mas permanece, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, permanecem os efeitos ruinosos e danosos à economia do povo relativamente às taxas do DETRAN.

Para que os Senhores tenham uma idéia, hoje, um exame de vista, num dos melhores especialistas do Estado, custa exatamente 50% da taxa cobrada pelo DETRAN, por um exame superficial.

Uma simples fotocópia tirada em qualquer botequim de esquina, em qualquer banca de jornal, custa exatamente 70% mais baixo do que aquela taxa cobrada pelo DETRAN... Nem se fala em expedição de certificado de propriedade; nem se falam nas demais taxas que subiram cerca de dois mil por cento.

Na oportunidade, eu fiz um apelo pessoal ao então Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, que assumiu um compromisso solene e não cumprido até hoje, de modificar esta lei, de impedir que se aplique a Lei 7811, os efeitos do artigo 22, da Lei 2327, de 1978. É aquela que determina a aplicação do valor referencial a todas as taxas de serviço público.

Ora, o Estado, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, não é uma empresa comercial. O Estado não é um agente financeiro. O Estado é prestador de servi-

cos à comunidade.

A comunidade já paga os seus impostos para manter a máquina estatal. Não pode, a cada vez que ela precisa dos serviços da burocracia do Estado estar pagando taxas corrigidas a cada seis meses, como se o Estado fosse um estabelecimento financeiro, um estabelecimento bancário.

O nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, candidato a vice-Prefeito de Curitiba, Deputado de grande espírito público, homem que tem estudado sempre os problemas da coletividade com carinho, com compreensão, ele que é professor universitário, conhece, conhece muito das agruras do povo e sabe que as leis não podem ser rígidas, que as leis não podem ser confiscadoras.

Ele apresentou aqui um Substitutivo Geral, determinando o congelamento dessas taxas por 60 dias, 60 dias que se esgotarão agora a 31 de dezembro.

É medida paliativa. Nós apresentamos um Substitutivo, determinando que essas taxas permaneçam inalteradas, até que a Assessoria da Segurança Pública, até que a Assessoria Econômica do DETRAN entenda serem, elas, insuficientes para manter em bom funcionamento, a máquina do DETRAN.

Verificada essa ocorrência, deverá, aquela autarquia, encaminhar a quem de direito, uma Exposição de Motivos solicitando ao Senhor Governador do Estado que, por sua vez, remeta a Mensagem a esta Assembleia Legislativa, alterando as taxas, de acordo com as necessidades que então forem apontadas, que então forem comprovadas. O que não pode, é essas taxas permanecerem ao sabor dos tecnocratas, os tecnocratas tão combatidos pelo PMDB, no passado, que prometeu uma nova era ao povo do Paraná, que, nos palanques, prometeu efetivamente coibir os abusos, principalmente no campo econômico!

E o que eu estou pedindo, no meu Substitutivo?

Que, a cada vez que o Governo do Estado verifique a necessidade de majoração das taxas de serviços do DETRAN, encaminhe Mensagem a este Poder, detalhando as necessidades, solicitando os reajustes necessários, valorizando este Poder!

Agora há pouco ainda, eu ouvi o nobre Líder, exatamente o Senhor Líder da Bancada dizer que, para o PMDB soou a hora da valorização deste Poder. Não pode ser incoerente agora, rejeitando o meu Substitutivo que nada mais é, do que a valorização deste Poder que não é nosso, que emana do povo, porque nós, aqui, apenas representamos a vontade popular e temos o direito e o dever - principalmente o dever - de consumá-la, em toda a sua plenitude, impedindo que leis dessa natureza aflijam ainda mais, a economia popular!

O apelo que eu faço ao nobre Líder do

PMDB nesta Casa, nesta tarde, é para que não se desdiga, para que não deixe de valorizar o Poder Legislativo, para que realmente prove que soou a hora da verdade, a hora que os representantes do povo possam efetivamente influir nos destinos desse mesmo povo!

Faço este apelo à Bancada do PMDB, para que aprove o meu Substitutivo, para que as taxas permaneçam inalteradas até que se prove necessidade de alterá-las, para mais, ou até para menos. Tão fácil ao Governador do Estado, que dispõe de ampla maioria nesta Casa, encaminhar uma Mensagem, detalhando essas necessidades, pedindo aprovação do Poder Legislativo, dos representantes do povo que têm o dever de zelar pela economia popular!

Autorização!

Agora, o que nós não podemos entender é que, a cada 6 meses se aplique o Valor-Referência, de acordo com os índices do INPC nacional, transformando o Estado num mero agente financeiro, deixando, o Estado, de cumprir com as suas finalidades principais, que é, prestar ao povo toda assistência que ele precisa!

Muito obrigado.

Senhor Presidente, eu gostaria de apenas mais 10 segundos, para fazer o meu apelo à Bancada do PMDB, que tem se comportado, em determinados episódios, com lisura, que tem, efetivamente, procurado cumprir com as promessas feitas nos palanques eleitorais, em 1982.

Então, que se tire da Ordem do Dia, que se faça um novo estudo. O que não pode é congelar por 60 dias, que, 60 dias é, na realidade, apenas 30 dias! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação a Emenda Substitutiva; Rejeitada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tamanha insensibilidade eu nunca vi!

O Líder do PMDB, há poucos instantes dizia que havia soado uma nova ordem neste Estado, que era a valorização do Poder Legislativo; no mesmo instante se desdiz!

Solicitaria que Vossa Excelência procedesse a Verificação de Votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Responderam à chamada nominal 45 Senhores Deputados. Há quorum para deliberação.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento para verificação de votação. Em verificação de votação a Emenda Substitutiva ao Substitutivo Geral do Deputado Erondy Silvério. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 29 Senhores Deputados rejeitam. 12 aprovam. Está rejeitada a emenda.

Em votação a Emenda n. 2, de 3.<sup>a</sup> Discussão. De autoria do Deputado Anibal Khury (atendimento de programas de assistência ao menor). Em votação. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 3, também em 3.<sup>a</sup> Discussão. Emenda supressiva do Deputado Adhail. (Supressão do artigo 3.<sup>o</sup>). Os Senhores Deputados que aprovam ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Já que foi rejeitado o Substitutivo, como Vossa Excelência vai colocar em votação uma emenda que solicita o afastamento do artigo 3.<sup>o</sup> do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Esclareço a Vossa Excelência. O Substitutivo foi aprovado em comissões. A emenda do Deputado Erondy Silvério era uma emenda de Plenário que substituiu o Substitutivo e esta também é uma emenda de plenário que procura suprimir do Substitutivo Geral.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está em votação a emenda. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 4, também de plenário. Emenda Substitutiva. Onde se lê artigo 4.<sup>o</sup>, leia-se artigo 3.<sup>o</sup>. Em votação. Aprovado.

Está em votação o Substitutivo. Já aprovado em 2.<sup>a</sup> Discussão. Aprovado.

O projeto e as emendas irão à 4.<sup>a</sup> Discussão.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 307/84, de autoria dos Deputados DIRCEU MANFRINATO, AMÉLIA HRUSCHKA e NILSO SGUAREZI, que estabelece a obrigatoriedade de criação de creches em Repartições Públicas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprova do, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 25/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/85), que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo, passe, com

nova composição e melhor definição de competência a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, criação do Conselho de Administração da PARANATUR, bem como alterar dispositivos que especifica, da Lei n. 5.948, de 27/05/69. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/85), que objetiva criação do "FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR-FADA", com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com Emendas de Plenário.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de n. 01 e 02, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE N. 01 AO PRROJETO DE LEI N. 42/85

Dar nova redação ao Artigo 4.<sup>o</sup> com o seguinte teor:

Artigo 4.<sup>o</sup> - O Fundo de Apoio ao Desporto Amador - FADA, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, com Presidente nato, tendo como membros o Presidente do Conselho Regional de Desportos, o chefe da Coordenadoria do Esporte, um representante indicado pelas Federações do Esporte Amador, um representante do Departamento de Futebol Amador da Federação Paranaense de Futebol, o Chefe do Grupo Financeiro Setorial da Secretaria da Cultura e do Esporte, como seu tesoureiro, um representante da crônica esportiva indicado pela Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, um Deputado Estadual indicado pela Comissão de Esportes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e por um representante da Secretaria das Finanças.

Sala das Sessões, em 07/10/85.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamto: Paulo Furiatti,  
Antônio Annibelli,  
Anibal Khury e  
Eduardo Baggio.

#### EMENDA DE N. 02 AO PROJETO DE LEI n. 42/85

Faz-se a seguinte alteração no Artigo 2.<sup>o</sup> Alínea a:  
Artigo 2.<sup>o</sup> - .....



a) - Exclui-se as taxas de vendedores ambulantes.

Sala das Sessões, em 07/10/85.

(a) FERRARI FÚNIOR

Apoiamento: Paulo Furiatti,  
Antônio Annibelli,  
Anibal Khury e  
Eduardo Baggio

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda Supressiva. Aprovada.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 79/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao Art.21 e seu Parágrafo Único, da Lei n. 7.424, de 17/12/80. (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, por três sessões, o Projeto de Lei n. 79/85.

A Mesa deixa de colocar em votação este requerimento, em virtude do projeto se encontrar em votação. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 131/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 129/85), que objetiva autorizar a Doação, ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos n. 5 e 6, com área total de 784,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), da quadra n. 49, da sede do referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 152/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "CENTRO PARANAENSE DE UMBANDA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 82/85 (Mensagem n. 115/85 ex-Proposição n. 104/85), oriundo do Parecer aprovado por

unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 25/04/85, pelo Estado do Paraná, através da secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos referidos Municípios, Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 83/85, (Mensagem n. 122/85 - ex-Proposição n. 108/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 05/06/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 84/85 (Mensagem n. 75/85 - ex-Proposição n. 74/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 63/84, celebrado em 27/12/83, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura, do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IPPUC, objetivando execução da 1.<sup>a</sup> etapa do Projeto UNIBASE. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 85/85 (Mensagem n. 85/85 - ex-Proposição n. 77/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 8.<sup>o</sup> Termo Aditivo de 13/03/85, ao Convênio celebrado em 20/03/81, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, assim como o 11.<sup>o</sup> Termo Aditivo de 13/06/85, ao Convênio celebrado em 07/10/76, com os objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 86/85 (Mensagem n. 105/85 - ex-Proposição n. 91/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n.62/84, celebrado em 26/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra, objetivando

dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra à população de baixa renda. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 87/85 (Mensagem n. 119/85 - ex-Proposição n. 111/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 014/84, celebrado em 16/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de suas Secretarias de Transportes e de Obras e Meio Ambiente e a PORTOBRÁS, com objetivo que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 88/85 (Mensagem n. 107/85 - ex-proposição n. 98/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 4.<sup>o</sup> Termo Aditivo e de Re-Ratificação de 30/12/84, aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, celebrados em 05/06/79 e em 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com intervenção da Secretaria da Cultura e Esporte, com objetivo que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 89/85 (Mensagem n. 109/85 - ex-Proposição n. 100/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 220/83, de 13/06/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guarapuava, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 90/85 (Mensagem n. 121/85 - ex-Proposição n. 109/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 07/06/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios, com participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 91/85 (Mensagem n. 104/85 - ex-Proposição n. 90/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E

JUSTIÇA, que aprova Termos de Retificação e Ratificação celebrados pelo Estado do Paraná - Secretaria da Indústria e Comércio - com as partes, datas, objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 92/85 (Mensagem n.68/85 ex-Proposição n.68/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.<sup>o</sup> Termo Aditivo de Re-Ratificação de 30/12/83 aos Convênios de Cooperação Técnica e Operacionalização, em 05/06/79 e 03/11/80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com interveniência da Secretaria da Cultura e Esportes, com objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 93/85 (Mensagem n. 103/85 - ex-Proposição n. 93/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 01/04/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 94/85 (Mensagem n. 112/85 - ex-Proposição n. 101/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Município de Colombo, através da secretaria da Agricultura com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 179/85, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 14 de 26/05/82. (Dá nova atribuição ao Conselho de Polícia Civil sobre punição de Policial e assegura direitos quanto à percepção de vencimentos ou remuneração). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.Seg.P., ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação do Projeto de Lei n. 179/85, de sua autoria, em sugestão a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para

que, na forma prevista pelo Art. 25, § 1º, alínea C, da Constituição do Estado do Paraná, por se tratar de regime jurídico de servidor público, tome a iniciativa que lhe compete, visando corrigir as distorções dos Art. 216 e 217, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, como ora vai justificado na minuta da proposição sugerida. Aprovado.

Em consequência do mesmo, fica transformada em sugestão o objeto de Lei Complementar n. 179/85.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que disciplina aplicação de Salário, Educação quota Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 158/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade Pública "OBRAS SOCIAIS CONGREGAÇÃO PENTECOSTAL TESTEMUNHAS DE JESUS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a Entidade "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 293/84, de autoria dos Deputados SÉRGIO SPADA E ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ASUFEPAR", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 296/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO e OUTROS, que dispõe sobre a transferência da área territorial do Município de Tapira, para o Município de Nova Olímpia, conforme especifica e dá outras providências. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., opinando-se também pelo seu arquivamento. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo requerimento, pedindo a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões

do Projeto de Lei 296/84.

A Mesa informa de que o projeto se encontra em fase de votação não pode, portanto acolher o requerimento do nobre Deputado.

Em consequência ...

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela Ordem) - Socorro-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que Vossa Excelência, salvo engano da minha parte tenha anunciado que este projeto veio com Parecer favorável da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Parecer contrário da CCJ.

O SR. TRAJANO BASTOS - Exatamente, Senhor Presidente, e chamo a atenção do Plenário, Senhor Presidente, que este projeto não tem como tramitar, porque ele recebeu uma manifestação contrária da Câmara Municipal e que é uma exigência sem a qual este projeto não poderia ter a tramitação.

Agradeço a Vossa Excelência e alerto o Plenário sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa coloca em votação o projeto de lei, lembrando o Plenário que em vista do Parecer contrário da CCJ o processo de votação será inverso.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se, os contrários se mantenham como estão. Rejeitado o presente projeto.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 319/84, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que declara de utilidade Pública a sucursal de Curitiba, da "ASSOCIAÇÃO DOS PREVIDENCIÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS - APRESUL", com sede e foro na Cidade de Porto Alegre - RS. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO - Do Projeto de Lei n. 18/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO CULTURAL ÁRABE BRASILEIRO DO PARANÁ", por unanimidade. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 19/85, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, às mulheres, servidoras Públicas da Administração Direta ou Indireta, será facultado o gozo das férias no mesmo período do cônjuge funcionário Público Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.R.H., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 45/85, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 76/85, que dispõe sobre o pagamento da gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de saúde de que trata o art.172, item V, da Lei n.6174 de 16 de novembro de 1970, aos funcionários da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, com exercício na Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, à EMENDA da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que denomina Município PRESIDENTE TANCREDO NEVES, o recém-criado de São José. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n. 62/85, de sua autoria e constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje. Aprovado. Em conseqüência, fica retirado, determinando-se o arquivamento do referido projeto.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 102/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão especial, no valor do equivalente a 3 (três) salários-mínimos regionais à escritora "MARIA NICOLAS". Com PARECERES da C.C.J., submetendo a deliberação do Plenário e da C.F., Favorável, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 111/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ITAMARATI", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 115/85, de autoria do Deputado NILSÓ SGUARZI, que declara de Utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE SANTA FELICIDADE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

118/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz", com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 119/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 110/85) - Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 1.<sup>o</sup> e seu parágrafo único, da Lei n. 7736, de 07/10/83. (permutar imóvel de propriedade do Estado, por imóvel de propriedade do Senhor Frederico Gracite). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 121/85, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a transformação dos Distritos Administrativos no Município de Guarapuava em Distrito Administrativo da Sede do Município de Guarapuava, mantidas as divisas com os demais Distritos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 122/85, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI", de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 129/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que autoriza o Governo do Estado a assinar escritura de doação do imóvel constituído pelas datas n. 2, 3 e 4 da Quadra I Patrimônio São Jorge, com área de 1.800m<sup>2</sup>, à Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, para construção de edifícios públicos necessários à Administração, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

**EM VOTAÇÃO**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 124/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Nova Cantu um imóvel com área de 1.050,00m<sup>2</sup>, características e confrontações conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 136/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA EM ENFERMIDADES RENAIAS E METABÓLICAS-PRÓ-RENAL, com sede nesta Capital. Com PARECER da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 149/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaíra o imóvel de propriedade do Estado, constituído de terreno com 3.009.10m<sup>2</sup> e prédio de alvenaria com 216 m<sup>2</sup>, lote n. 1 da quadra 35, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 155/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 138/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Mariluz, os lotes de terrenos urbanos ns. 16 da quadra 137 e n. 4 da quadra 69, situados na sede do referido Município e objeto da Transcrição n. 6.490, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 140/85), que objetiva autorizar a doação ao Município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na Praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25/01/85, bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 162/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que dispõe que o DIA DA BÍBLIA, será comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, em todo território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 163/85, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - Albergue Arthur Corrêa de Freitas, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 175/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 150/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir, gratuitamente, à Universidade Estadual de Ponta Grossa os direitos possessórios que detém sobre o terreno com área de 141.733,28 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Uvaranas, município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 178/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO RESIDENCIAL PARIGOT DE SOUZA - ARPAS, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 136/85), que objetiva criar 10 (dez) cargos de provimento efetivo de Assessor Jurídico, Código PJ-TA-100 Nível 3 e 02 (dois) de Assistente Técnico Administrativo, Código PJ-TA-108, Nível 5, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada e adotar outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 170/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe sobre a extinção da carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a integrar a classe inicial da carreira de Detetive e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e com PARECERES FAVORÁVEIS DA C. Seg. P. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado por unanimidade.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 41/85, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina ALVARO GODOY a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO.

Aprovado a Emenda Substitutiva de Plenário. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 96/85 (Mensagem n. 117/85 - ex-Proposição n. 105/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUI-

ÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.05.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 97/85 (Mensagem n. 128/85 - ex-Proposição n. 116/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 03.05.85, aos Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e a EMOPAR, com Municípios e objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 98/85 (Mensagem n. 134/85 - ex-Proposição n. 122/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 05.07.85, a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, na execução de obras dos Municípios signatários. Aprovado, artigo por artigo..

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 99/85 (Mensagem n. 141/85 - ex-Proposição n. 128/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com o Município de Terra Boa em 12.06.85 e com Município de União da Vitória em 11.07.85, com objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 100/85 (Mensagem n. 125/85 - ex-Proposição n. 117/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30.05.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Guaratuba, objetivando implantação de serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos no referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 101/85 (Mensagem n. 120/85 - ex-Proposição n. 110/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15.05.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do

Interior e os Municípios que especifica, com a participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 102/85 (Mensagem n. 131/85 - ex-Proposição n. 118/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 05.07.85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Curitiba, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 103/85 (Mensagem n. 101/85 - ex-Proposição n. 89/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná de ns. 02/85 e 03/85, através do DER, com a participação das Secretarias dos Transportes e de Assuntos Comunitários, com Municípios e objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que autoriza o Poder Executivo implantar nas Escolas Públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o Ensino de 2.<sup>o</sup> Grau. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Public. no D.A. de 13/84, de 28.03.84).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que autoriza o Poder Executivo isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Projeto de Lei n. 270/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do ICM, no caso de vendas a prazo, a parcela correspondente ao acréscimo sobre o preço originário da mercadoria.

Art.2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na



data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1985.

(a) IVAN GUBERT

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo a atual sistemática tributária, o ICM é cobrado sobre o preço total das mercadorias, pouco importando se a venda é feita à vista ou a prazo.

Ocorre que nesta última hipótese, o preço originário sofre sensível aumento em decorrência dos encargos financeiros incidentes sobre o mesmo.

É, sem dúvida alguma, sumamente injusto que o ICM incida também sobre esse acréscimo, acarretando sério agravamento ao custo final a ser pago pelo consumidor.

Aliás, é bom que se diga que alguns Estados da Federação já adotaram semelhante providência, o que trouxe salutar benefícios à arrecadação de tributos, já que preços menores implicam sempre em maior demanda de produtos.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres Senhores Deputados ao presente plano de lei, uma vez que trará inegáveis benefícios à coletividade, principalmente às camadas mais simples da população de nosso Estado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 270/84

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, autoriza o Poder Executivo a isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas à prazo.

O exame da matéria evidencia o seu conteúdo social, denotando o seu alcance, em termos de benefícios à população.

Com efeito, os encargos financeiros resultantes da venda à prazo, aumentam sensivelmente o preço final do produto e o ICM é tributado sobre o valor final do mesmo, o que agrava o custo a ser pago, em última instância, pelo consumidor.

Tendo em vista tratar-se de medida meramente autorizatória, ficamos à vontade para nos manifestar favoravelmente ao projeto de lei em tela, a fim de que esse benefício ora proposto venha em favor da nossa população.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 270/84

#### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ivan Gubert, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre seu aspecto financeiro, temos que a matéria objeto do Plano de Lei em causa, se contrapõe aos interesses financeiros do Estado, não encontrando qualquer justificativa que possa estabelecer a aprovação por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é Contrário, opinando-se pela sua Rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1985.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

Rejeitado o projeto.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

2 Srs. Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa consigna a presença de uma delegação de Paranaguá, composta pelo Sr. Prefeito Valdir Salmon, Presidente da Câmara Abílio Tramujas, Presidente do PMDB Victor Zedek, Procurador Municipal Maurício Victor. Além do Prefeito de Matinhos, Sr. Mário Pock, Vereador Jamil Medina.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacob Klabin Lafer, ocorrido no dia 30 de outubro do corrente ano, na cidade de São Paulo - SP. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Santa Zanin, ocorrido no Município de Sertãoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abrão Jorge Ajúz, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Sady de Brito, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Sady de Brito, ocorrido no dia 5 de novembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo à equipe de Futebol Suíço dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, pela conquista de Título de Campeão Estadual da Modalidade em disputa ocorrida no dia 28 de outubro do corrente ano. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Anibal Leandro, portuário padrão de 1985. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designado o dia 2 de dezembro do corrente ano, às 17 horas, para realização da Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Luiz Gonzaga Pinto. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da LBA, visando a construção de uma creche no Conjunto habitacional João Paulo I no Município de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela Ordenação à Padre ao Sr. João de Paulo Sêga, ocorrido no dia 27 de outubro do corrente ano, no Município de Faxinal. Encerrada a discussão.

são.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação do funcionamento do 2.º grau no Grupo Escolar Heitor C. Alencar Furtado, no Município de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação de verbas para a aplicação do Grupo Escolar Heitor C. Alencar Furtado, no Conjunto Habitacional João Paulo I, no Município de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a liberação de verbas para a construção de um Mini Posto de saúde no Conjunto Habitacional João Paulo I, no Município de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 53.º aniversário da organização "Hermes Macedo S/A", nesta Capital. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo o prolongamento dos serviços de transporte coletivo interestadual de Cascavel a Porto Velho-RO, até Rio Branco (Acre), bem como autorização de uma linha de ônibus ligando Curitiba a Porto Velho (RO). Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um aparelho telefônico público na Rua Rio Paraná, 60 - Jardim Weisópolis, no Município de Piraquara. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o prolongamento da pavimentação do acesso ao Parque de Exposição

Celso Garcia Cid, do Município de Casca-  
vel. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Werner Wanderer, constante do expedien-  
te de sessão anterior, solicitando o envio  
de expediente à Sra. Secretária da Educa-  
ção, visando a criação e manutenção de es-  
cola estadual de 1.º grau (5.ª a 8.ª sé-  
rie), na localidade de Santa Rosa do Ocoí,  
no Município de São Miguel do Iguaçu. En-  
cerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Márcio Almeida, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando voto de  
congratulações aos Economistas do Paraná,  
pelas justas reivindicações da categoria.  
Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Márcio Almeida, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando voto de  
congratulações ao Centro Acadêmico Samuel  
Pessoa, do Curso de Medicina da Universi-  
dade Estadual de Londrina, pela publicação  
do seu Jornal Mural. Encerrada a discus-  
são.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando voto de  
congratulações à Jovem Marilza de Paulo,  
do Município de Campo Mourão, pela con-  
quista do primeiro lugar no Concurso Esta-  
dual de Frases alusivas aos 40 anos da  
ONU. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando voto de  
congratulações à Associação dos Pecuaris-  
tas recentemente fundada no Município de  
Campina da Lagoa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente,  
solicitando voto de congratulações pela  
passagem do 24º aniversário de emancipação  
política do Município de Campina da Lagoa.  
Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao DSTC, por intermédio da  
Secretaria de Transportes, encarecendo a  
realização de estudos para a avaliação das  
condições de regularizar a linha de ôni-  
bus ligando o Município de Barbosa Ferraz  
à Capital do Estado. Encerrada a discus-  
são.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Secretário dos Transpor-  
tes, visando a recuperação, bem como a  
construção de acostamentos na rodovia Vas-  
sílio Boiko, que liga os Municípios de  
Iretama, Roncador e Nova Cantu. Encerrada  
a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expedien-  
te de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por  
intermédio da Governadoria do Estado, en-  
carecendo a revisão no sistema de distri-  
buição de energia elétrica no perímetro  
urbano do Município de Campo Mourão. En-  
cerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Presidente da EMOPAR,  
por intermédio da Secretária da Adminis-  
tração, visando reformas gerais na Escola  
Estadual Castelo Branco, no Município de  
Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Secretário dos Transpor-  
tes, encarecendo a liberação de recursos  
orçamentários a serem aplicados em obras  
de ampliação e remodelação do terminal ro-  
doviário do Município de Campo Mourão. En-  
cerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Secretário dos Transpor-  
tes, objetivando estudos técnicos a fim de  
avaliar as condições de tráfego no trevo  
construído e que dá acesso à Perimetral  
Presidente Tancredo Neves, no Município de  
Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente ao Sr. Presidente do SENAC, en-  
carecendo a transformação do mesmo em cen-  
tro regional, no Município de Campo Mou-  
rão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-  
do Rubens Bueno, constante do expediente  
de sessão anterior, solicitando o envio de  
expediente à Sra. Diretora Superintendente  
da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria  
da Educação, objetivando a doação de doze  
luminárias para a quadra de esportes do  
Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga, no  
Município de Goioerê. Encerrada a discus-  
são.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretária da Educação, encarecendo a liberação de materiais de escritório para a Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Nivando Antônio Simionato, no Município de Peabiru. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 24.º aniversário de emancipação política do Município de Ubiratã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional do SENAI, por intermédio do Ministério do Trabalho, encarecendo a implantação do mesmo Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a liberação de materiais escolares para a Escola Santo Inácio de Loyola, no Município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a destinação de uma viatura devidamente equipada para o Município de Mariluz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do estado, encarecendo seja enviada mensagem a esta Casa, contendo ante-projeto de lei isentando de ICM os vendedores-viajantes autônomos ou não, quando da aquisição de automóvel destinado exclusivamente às suas atividades de intermediadores comerciais. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho no Estado, encarecendo providências que deverão ser tomadas a respeito da atuação de Fiscais do Ministério do Trabalho, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, visando o asfaltamento da Rodovia BR-158, no trecho Palmital - Roncador. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da Rodovia BR-158, no trecho Palmital - Roncador. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Ministro do Exército e Comandante da 5.ª Região Militar, visando o não encerramento das atividades do Colégio Militar de Curitiba. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao professorado paranaense em suas reivindicações por melhores condições de trabalho e salários justos, que culminam na paralisação, hoje e amanhã de suas atividades docentes. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão Especial composta por 5 Senhores Deputados, sendo um de cada partido, objetivando verificação completa da situação, localização, documentação das terras e respectivas benfeitorias cedidas pelo Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para desapropriação e Reforma Agrária. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Tagliari do Município de Campo Mourão por sagrar-se Campeã Paranaense da Categoria Mirim de Futebol de Salão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a destinação de um veículo devidamente equipado para o município de Goioerê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banestado, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a implantação de uma agência dessa instituição financeira no Distrito Administrativo de Alto São João, no município de Roncador. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que se proceda a equiparação dos proventos de inatividade do pessoal da Polícia Militar do Estado, que se aposentou entre 1973 a 1980 com o pessoal da ativa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho da BR-487, que liga Ivaí a Teresa Cristina e Três Bicos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A., visando a criação e instalação de uma agência do mesmo no município de Cândido de Abreu, bem como a transferência do Posto Avançado de Crédito Rural - PAVAN, do referido Município para o Distrito de Teresa Cristina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 100.<sup>o</sup> aniversário da fundação das Indústrias Todeschini S/A., nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 117/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sacerdote Franciscano Leonardo Boff. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDEPE, visando a instalação de Entrepósito de Comercialização de Pescados na sede da Colônia dos Pescadores Z 12, no município de Fóz do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio do Senhor Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação a este Poder do Senhor Secretário das Finanças, para pres-

tar esclarecimentos sobre medidas econômicas e fiscais anunciadas pelo Governo do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a liberação de verbas para a construção de um Módulo Policial no Núcleo Papa João Paulo I, no município de Apucarana. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações do Senhor Diretor do Departamento de Ação Social da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, pela realização do Boletim Informativo n.1. **Encerrada a discussão.**

A Mesa comunica ainda que recebeu nesta data, Ofício n.1627/85-GS/SEIC, do Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, se prontificando a comparecer nesta Casa para o seu depoimento. Ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário, para as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.270/84.
- 4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.72/85.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 307/84, 25/85, 42/85, 79/85, 131/85, 152/85.

e dos Projetos de Resolução n. 82/85, 83/85, 84/85, 85/85, 86/85, 87/85, 88/85, 89/85, 90/85, 91/85, 92/85, 93/85, 94/85, 96/85, 97/85, 98/85, 99/85, 100/85, 101/85, 102/85, 103/85.

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.170/85

e dos Projetos de Lei n. 43/84, 110/84, 158/84, 180/84, 293/84, 319/84, 18/85, 19/85, 43/85, 102/85, 111/85, 115/85, 118/85, 119/85, 121/85, 122/85, 129/85, 130/85, 136/85, 149/85, 155/85, 156/85, 162/85, 163/85, 175/85, 178/85, 183/85, 211/85.

Levanta-se a sessão.